

Sumário

Número de notícias: 30 | Número de veículos: 15

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Meta de déficit zero eleva pressão por receitas para fechar Orçamento.....3

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Tesouro prevê déficit próximo a 1% do PIB este ano.....5

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

RTI ameniza fricção com governo a respeito do fiscal.....6

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
SEGURIDADE SOCIAL

Governadores ampliam críticas a conselho para administrar tributos.....7

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
SEGURIDADE SOCIAL

Desoneração de folha de pagamento vai direto para Câmara.....9

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - POLÍTICA
SERVIDOR PÚBLICO

Adiada votação de projeto sobre ajuste fiscal.....10

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Difícil consenso para a reforma tributária.....11

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Indústria e comércio têm resistências.....13

FOLHA DE S. PAULO - SP - SEMINÁRIOS FOLHA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Hidrogênio verde pode ser chave para a reindustrialização do Brasil.....14

O ESTADO DE S. PAULO - NOTAS E INFORMAÇÕES
REFORMA TRIBUTÁRIA

O bode na sala da reforma tributária (Editorial).....17

O ESTADO DE S. PAULO - METRÓPOLE
REFORMA TRIBUTÁRIA

Novos ajustes à reforma tributária.....18

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Setor de serviços fala em se unir a Tarcísio para adiar votação.....19

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Estados querem que unificação de impostos fique só para 2033.....20

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Lula admite que projeto não vai ser aprovado na íntegra.....21

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Governadores fazem ofensiva para mudar reforma tributária.....22

Sexta-Feira, 30 de Junho de 2023

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Aprovação causará aumento de 1% a 1,5% do PIB, diz Campos Neto.....24

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS
REFORMA TRIBUTÁRIA

A reforma e os créditos do IBS e da CBS - OPINIÃO JURÍDICA.....26

O GLOBO - ON LINE - RJ - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Reforma Tributária: estados e municípios vão perder?.....28

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Boas notícias na economia e uma pedra no caminho... - ANDRÉ RONCAGLIA.....30

VALOR ECONÔMICO - SP - ESPECIAL SANTA CATARINA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Fazenda tenta reduzir déficit de R\$ 3 bi.....31

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
ECONOMIA

BC reforça expectativa de redução da Selic.....33

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
ECONOMIA

Brasil adota meta contínua de inflação.....34

O ESTADO DE S. PAULO - METRÓPOLE
ECONOMIA

Região que mais cresce, Centro-Oeste não tem só o agro como atrativo.....36

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

Meta de inflação mantida em 3% - CELSO MING.....38

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

Medida ajudará a cortar juros agora mesmo só valendo a partir de 2025 (Artigo).....39

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
ECONOMIA

Com população menor, PIB per capita sobe 5,8%.....40

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
ECONOMIA

País gera 155 mil novas vagas formais em maio.....41

VALOR ECONÔMICO - SP - CONTEÚDO PATROCINADO POR CLARO
ECONOMIA

"Se a fertilidade estiver por trás do resultado do Censo, vamos pagar um preço".....42

VALOR ECONÔMICO - SP - INTERNACIONAL
ECONOMIA

Consumo vigoroso eleva taxa de expansão do PIB americano.....46

VALOR ECONÔMICO - SP - AGRONEGÓCIOS
ECONOMIA

Ipea revisa para 13,2% avanço do PIB agro.....47

Meta de déficit zero eleva pressão por receitas para fechar Orçamento

Idiana Tomazelli

A promessa do ministro Fernando Haddad (Fazenda) de zerar o déficit nas contas públicas já em 2024 tem tornado ainda mais desafiadora a tarefa de fechar a proposta de Orçamento para o ano que vem -que precisa ser enviada até 31 de agosto ao Congresso Nacional.

Segundo relatos colhidos pela Folha, há pressão nos bastidores para que a **Receita Federal** coloque no papel as estimativas de arrecadação necessárias para o governo conseguir atingir a meta traçada.

Ao enviar o PLDO (projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias), a equipe econômica contou com um aumento de R\$ 155,7 bilhões nas receitas administradas, decorrente de "medidas legislativas que se encontram em discussão no Poder Executivo".

Desde então, parte das medidas foi encaminhada, mas outras ainda estão sendo debatidas internamente no governo.

Além disso, os técnicos têm adotado projeções mais conservadoras do que alguns números que vêm sendo alardeados pela equipe econômica, exigindo um esforço fiscal ainda maior para fechar o Orçamento. Segundo um integrante do governo, o cronograma interno está atrasado justamente à espera dessas estimativas.

Nos últimos dias, o alto escalão do Ministério da Fazenda tem pedido aos técnicos prioridade na elaboração das projeções de receita. Segundo relatos de diferentes membros do governo, feitos sob reserva, a pressão é grande para conseguir chegar ao déficit zero.

Há uma avaliação interna de que alcançar esse objetivo é crucial para manter a credibilidade da nova regra fiscal, que, se aprovada pelo Congresso, terá seu primeiro ano de vigência em 2024. Uma demonstração de dificuldade em cumpri-la já na estreia seria um sinal ruim no momento em que o próprio governo trabalha para reduzir incertezas fiscais e abrir caminho para um corte de juros pelo Banco Central.

Embora Haddad tenha avançado em algumas frentes,

como a vitória no STJ (Superior Tribunal de Justiça) em torno da cobrança de **tributos** federais sobre benefícios fiscais do ICMS, os cálculos do Orçamento precisam ter respaldo em notas técnicas e documentos produzidos por servidores da pasta.

Os técnicos, porém, têm tido dificuldades em apresentar certas estimativas diante da falta de parâmetros suficientes para as projeções. Esse é o caso, por exemplo, da tributação de rendimentos obtidos no exterior, proposto por MP (medida provisória), mas cujo real potencial de arrecadação ainda é desconhecido pela Receita.

A própria vitória no STJ é alvo de controvérsia. Nos bastidores, há quem fale em R\$ 90 bilhões ou R\$ 60 bilhões, enquanto o número elencado como risco possível no PLDO de 2024 é de R\$ 47 bilhões.

As medidas até podem render bilhões em novas receitas para o governo, mas colocar números otimistas no papel e apresentá-los em um documento oficial são decisões delicadas, uma vez que essas notas técnicas serão depois analisadas com lupa pelo TCU (Tribunal de Contas da União). Em caso de irregularidade, quem assinou o documento responde com o próprio CPF.

Há uma corrida para elaborar os documentos necessários ao envio de outras medidas que ainda não saíram da Fazenda, como a tributação de apostas esportivas.

O caso dessa iniciativa também ilustra a dificuldade do governo. Na terça-feira (27), o assessor especial do Ministério da Fazenda José Francisco Manssur disse que o governo estima arrecadar de R\$ 3 bilhões a R\$ 6 bilhões no ano que vem com a regulamentação das apostas esportivas no Brasil.

O valor representa metade da estimativa de receita anual mencionada por Haddad, que chegou a falar em um potencial entre R\$ 12 bilhões e R\$ 15 bilhões. Pessoas do setor, no entanto, dizem que há muita dificuldade de estimar potenciais receitas e que qualquer projeção nesse momento é especulativa.

Auxiliares do ministro da Fazenda desconversam sobre eventuais dificuldades e afirmam que há inclusive um cardápio de "medidas de reserva" para

fechar as contas do Orçamento, caso haja algum imprevisto com as ações já planejadas.

Em conversas informais, membros do governo dizem que a reserva inclui "plano B", "plano C", e assim por diante. Um dos alvos no radar da equipe econômica são os gastos tributários, como são chamados os benefícios concedidos a empresas ou setores.

Procurados, os ministérios da Fazenda e do Planejamento não responderam até a publicação deste texto.

Um interlocutor diz que não há nenhum esforço atípico em relação ao "processo normal" de preparação do Orçamento, embora o governo precise enviar ao Congresso até o fim de agosto as iniciativas que faltam para equilibrar as contas de 2024.

Pelas regras legais, uma receita só pode ser contabilizada na proposta de Orçamento se a respectiva medida já estiver tramitando, em forma de projeto de lei ou MP

No caso de projeto de lei, a contabilização é mais frágil, uma vez que a demora na aprovação dessa iniciativa obrigaria o governo a descontar essas receitas de suas projeções já em março, quando é divulgado o primeiro relatório bimestral de avaliação do Orçamento.

Apesar da importância estratégica de arranjar as receitas necessárias, um técnico explica que a tarefa não é simples, uma vez que o governo só pode incluir na conta da meta fiscal números líquidos de arrecadação, já descontadas as transferências constitucionais para estados e municípios.

Outro fator de dificuldade é que, pela regra do novo arcabouço fiscal, um aumento significativo de receitas ajuda a impulsionar o limite para gastos, gerando uma espécie de "retroalimentação". Uma ala do governo tem alertado sobre o desenho do arcabouço ter gerado uma dependência elevada de receitas -algo que já vinha sendo alvo de ressalvas por parte de economistas.

Técnicos que participam das discussões levantam um terceiro ponto: embora o arcabouço tenha criado uma margem de tolerância (banda) para o cumprimento da meta fiscal, o envio do Orçamento precisa seguir o centro do objetivo fixado para o ano.

O dispositivo está no terceiro parágrafo do artigo 40 do projeto de lei. O texto diz que "a elaboração e a aprovação do projeto de lei orçamentária anual, bem como a execução da respectiva lei, deverão ser compatíveis com a obtenção da meta de resultado

primário estabelecida na lei de diretrizes orçamentárias". Os intervalos de tolerância são aplicados apenas "na execução", isto é, ao longo do exercício de 2024.

Isso significa que a equipe econômica precisa entregar a proposta de Orçamento com receitas suficientes para zerar o déficit, ainda que a margem de tolerância para o ano que vem permita a realização de um resultado negativo em até R\$ 28,8 bilhões.

Governo central fica no vermelho em R\$ 45 bi em maio

O governo central registrou déficit primário de R\$ 45 bilhões em maio, maior rombo mensal do ano e pior resultado para o mês desde 2020, mostraram dados divulgados pelo Tesouro Nacional. Os números refletiram principalmente um aumento das despesas. No ano, as contas do Tesouro Nacional, Banco Central e **Previdência Social** estão agora superavitárias em R\$ 2,153 bilhões. Em 12 meses até maio, o saldo é positivo em R\$16,6 bilhões.

Site:

<https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50323>

Tesouro prevê déficit próximo a 1% do PIB este ano

O secretário do Tesouro Nacional, Rogério Ceron, afirmou ontem acreditar que ainda é possível que o resultado fiscal do governo federal registre um déficit "um pouco abaixo" de 1% do **PIB** ao fim deste ano. Em entrevista à Globo- News na noite de quarta-feira (28), o ministro Fernando Haddad disse que as contas públicas devem fechar 2023 com um déficit entre R\$ 90 bilhões e R\$ 110 bilhões.

"Deve ficar nessa casa que o ministro falou, ainda acredito que vamos ficar abaixo de 1% do **PIB**", estimou o secretário. A meta de resultado primário para este ano é de déficit de até R\$ 231,5 bilhões, mas os ministérios da Fazenda e do Planejamento e Orçamento projetam atualmente resultado negativo de R\$ 136,2 bilhões.

Quando divulgou a proposta de arcabouço fiscal, a Fazenda informou que a intenção era registrar um déficit de 0,5% do **PIB** neste ano, o que analistas consideram difícil de ser alcançado.

"Vai ser difícil ficar muito abaixo de 1% do **PIB**", reconheceu Ceron.

"Mas ainda ficando em torno de 1%, um pouco abaixo disso, é o resultado que a equipe está buscando desde o início do ano." O secretário do Tesouro citou que a indefinição das novas regras para o **Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf)** também vai resultar em resultado um pouco pior que o previsto pela Fazenda - como mostrou o Valor, o deputado Beto Pereira (PSDB-MS), relator do PL do **Carf**, pode apresentar hoje seu relatório com mudanças.

A intenção da Fazenda era arrecadar até R\$ 50 bilhões este ano com o retorno do voto de qualidade no órgão, mas a MP do **Carf**, enviada em janeiro, perdeu o prazo no Congresso e o PL só deve ser aprovado pelo Senado no segundo semestre.

O secretário também apontou que a definição do **Carf** levará a uma elevação na arrecadação em 2024 - ano o qual o governo estabeleceu como meta zerar o déficit primário, o que também é considerado desafiador por analistas em política fiscal.

O governo central registrou déficit de R\$ 45 bilhões no mês de maio, o pior resultado para o período desde 2020 e superior que o previsto por algumas

estimativas de mercado. Já o acumulado nos cinco primeiros meses do ano registra superávit de R\$ 2,1 bilhões.

Apesar da forte baixa no último mês, Ceron argumentou que os resultados estão "em linha com nossas projeções".

A receita líquida do registrou alta real de 14,3% em maio (ante o mesmo mês do ano passado), somando R\$ 144,9 bilhões. Enquanto isso, as despesas totais subiram 13,3% na mesma comparação, para R\$ 189,9 bilhões.

Pelo lado das despesas, o governo detectou um aumento para obrigatórias, de R\$ 8,9 bilhões, com foco no programa Bolsa Família, que conta com novas regras neste ano e, por isso, vem influenciando nos resultados desde o início do ano. De acordo com Ceron, a expectativa é ver "um equilíbrio maior nas despesas com o programa" no próximo semestre, mas ponderou que essa despesa continuará subindo tendo em vista o acréscimo nos valores do programa para crianças e adolescentes.

Pela ótica dos gastos, o governo também observou alta no pagamento de precatórios.

Ao mesmo tempo, o crescimento arrecadação em maio, disse Ceron, é "consequência natural do processo de recuperação da receita", ao citar medidas tomadas pelo governo federal desde o início do ano na intenção de recompor a base fiscal, como a reoneração dos combustíveis.

Além disso, outro fator que contribuiu para a alta nas receitas foi o recebimento de dividendos de mais de R\$ 10 bilhões do BNDES no mês - no total, o governo federal recebeu R\$ 16,7 bilhões de dividendos de empresas estatais no mês passado.

No acumulado do ano a receita líquida alcançou R\$ 784 bilhões (queda de 0,2%), enquanto as despesas totais somaram R\$ 781,8 bilhões (alta de 5,1%).

"Ainda acredito que vamos ficar [com déficit] abaixo de 1% do **PIB**" Rogério Ceron

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187590>

RTI ameniza fricção com governo a respeito do fiscal

Análise Lu Aiko Otta De Brasília

O Relatório Trimestral de **Inflação** (RTI), divulgado ontem, ameniza a fricção com o governo em torno da política fiscal, avalia-se nos bastidores. Enquanto a ata da reunião do Comitê de Política Monetária (Copom) causou irritação no governo ao registrar dúvidas da diretoria do Banco Central quanto ao cumprimento das metas fiscais, o relatório apenas registra o ponto de vista do mercado.

"O que a gente diz [no relatório] é que o risco é residual", afirmou o presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, ao ser questionado sobre a ata. "Sempre tem um risco de implementação, tem uma parte que depende de receitas, mas a gente está elogiando o trabalho do governo, a gente sempre fez isso." Ele minimizou o atrito, dizendo que as referências à política fiscal incluídas nas atas sempre reverberam. Contou que, no governo passado, recebia telefonemas do então ministro da Economia, Paulo Guedes, com o mesmo tipo de reclamação. Acrescentou que a adoção de medidas para o ajuste nas contas públicas, como cortes rápidos nos gastos demandados por parte da sociedade, não é tarefa fácil.

O relatório diz que as expectativas do mercado para a **inflação** em prazos mais longos recuaram e comenta que isso pode estar associado a "incertezas menores em relação à situação fiscal e à percepção de que a possível elevação da meta de **inflação** para os próximos anos ficou menos provável".

Por outro lado, registra o documento, o avanço da proposta do arcabouço fiscal no Congresso Nacional e as medidas anunciadas pelo governo para elevar a arrecadação ainda não foram capazes de alterar significativamente as projeções do mercado para o resultado das contas públicas.

Para 2024, a mediana das projeções de mercado aponta para um déficit primário de R\$ 91 bilhões, ou 0,8% do Produto Interno Bruto (**PIB**), "distante, portanto, da meta de 0%". Além disso, acrescenta, as projeções para a dívida pública seguem crescentes no longo prazo.

Esse é o quadro coletado pelo Banco Central em seu Questionário Pré-Copom (QPC). O relatório diz que

esse é o resultado, apesar do aumento "expressivo" na quantidade de respondentes que indicaram melhora do quadro fiscal.

Na avaliação que está no relatório, uma explicação para essa postura do mercado é o fato de o ajuste fiscal se apoiar muito fortemente no aumento da arrecadação, que ainda é incerta. Na mediana do QPC, foi incorporado aumento de R\$ 40 bilhões (0,4% do **PIB**) nas receitas de 2023 e de R\$ 60 bilhões (0,5% do **PIB**) nas de 2024, diz o relatório.

O relatório menciona a Nota Técnica 52, da Instituição Fiscal Independente (IFI), que analisa o arcabouço e diz que o ponto de maior incerteza é a materialização das receitas necessárias ao cumprimento da meta. A nota diz que, nos anos 2000, as receitas do governo foram positivamente influenciadas pelo boom de commodities, cujos efeitos cessaram a partir de 2014. Segundo a IFI, não se vislumbra novo choque externo positivo nos próximos anos.

Assim, as receitas tenderiam a ficar mais alinhadas com o **PIB**.

Seu crescimento dependeria de ganhos de produtividade a serem obtidos, por exemplo, com a **reforma tributária**.

Na mesma entrevista, Campos e o diretor de política econômica do Banco Central, Diogo Gillen, reclamaram das condições de trabalho na autarquia. Falaram sobre a falta de recursos para realização de pesquisas e a desmotivação que tem levado à perda de funcionários. O Banco Central não está entre os órgãos que tiveram autorização para realizar concurso para recomposição de quadros este ano. Além disso, os técnicos se ressentem de não ter recebido o mesmo tratamento dispensado à **Receita Federal**, que pagará bônus de desempenho a seus quadros.

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187590>

Governadores ampliam críticas a conselho para administrar tributos

Stéfanie Rigamonti

Os governadores do Rio de Janeiro, Cláudio Castro (PL), e de Goiás, Ronaldo Caiado (União Brasil), juntaram-se às críticas do governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), com relação ao conselho federativo, discutido no âmbito da reforma tributária.

O conselho vai administrar a arrecadação do novo IBS (Imposto sobre Bens e Serviços), que unirá os impostos estadual e municipal sobre o consumo, o ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) e o ISS (Imposto Sobre Serviços), respectivamente.

"Nós acreditamos que ele [conselho federativo] tira a autonomia dos estados. Essa era uma das minhas preocupações [com a reforma], e eu estava esperando o texto para fazer uma fala mais técnica. Mas, a princípio, nós entendemos que isso fere o pacto federativo", disse Castro a jornalistas durante o Fórum Empresarial Lide, no Rio de Janeiro.

Castro defende que haja tempo para discutir melhor esse e outros pontos da reforma tributária, mesmo que isso atrase a votação no Congresso. "Nós queremos ter espaço para dialogar antes de pensar em atrasar ou não a votação."

Tanto o governo federal quanto o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), têm defendido a aprovação da reforma na Casa ainda no primeiro semestre deste ano.

Castro também disse que a Fazenda do Ido critica a média de alíquota do IBS que tem sido discutida, de -25%. A nova proposta de reforma tributária apresentada na semana passada pelo relator da matéria na Câmara, o deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), não estabelece qual será a alíquota para o imposto.

"Não deixaremos [a reforma] passar sem clareza sobre a alíquota", afirmou Castro.

Quando lhe foi perguntado sobre outro ponto da reforma, que muda a cobrança do ICMS da origem para o destino, Castro defendeu a medida. O governador do Rio disse que isso é uma correção de

injustiça histórica, que traz "prejuízo bilionário" por ano para o Estado.

Caiado, por sua vez, disse não acreditar que a reforma tributária tenha força para passar na Câmara no primeiro semestre. Afirmou também que muitas opiniões contrárias ao texto não têm sido explicitadas por governadores.

"As minhas posições são muito claras, mas o que acontece é que as pessoas não querem dizer que o rei está nu. E, de repente, preferem deixar que as coisas aconteçam até o dia da votação", afirmou a Folha durante evento empresarial Lide, que acontece no Rio de Janeiro.

"Mas o que acontece é que os governadores vão refletir mais sobre esse assunto e vão perceber que todos nós temos uma responsabilidade muito grande, que é a preservação dos entes federados", completou.

Caiado disse que a reforma tributária que está em discussão concentra poderes nas mãos do governo federal e compromete a democracia. "A reforma deveria começar pelo governo federal. Ele que deveria dar o bom exemplo", disse.

Segundo o governador, PIS (Programa Integração Social), Cofins (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) e IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados), impostos federais abarcados na reforma, não são as maiores fontes de arrecadação do governo federal, indicando que as mudanças não afetarão tanto a União como os estados e municípios.

"A União arrecada em torno de R\$ 1,4 trilhão, e os estados e municípios arrecadam R\$ 960 bilhões. Então, se você quer realmente fazer com que o custo Brasil baixe, e mostrar que você quer dar o bom exemplo, deveria ter iniciado pela União a reforma", afirmou.

Caiado também se juntou a outros governadores na crítica ao conselho federativo, que está em discussão no âmbito da reforma e que fará a gestão compartilhada pelos estados e municípios da arrecadação do IBS.

"Querem concentrar toda a arrecadação dentro de um conselho, mas com sede em Brasília, e os estados vão

ter legislações federais, que vão impor regras para nós em uma situação de um país que é de posições díspares e heterogêneas. Enquanto o Brasil cresce 2,9%, meu Goiás cresce 6,2%", argumentou.

A Fenafisco (Federação Nacional do Fisco Estadual e Distrital) também se posiciona contra o conselho federativo e defende um mecanismo mais próximo de uma câmara de compensação. Francelino Valença, presidente da entidade, afirma que a proposta atual ameaça o pacto federativo e elimina a autonomia dos entes federados.

"O conselho mitiga os poderes de estados e municípios. Hoje, bem ou mal, com guerra fiscal, os entes têm suas autonomias preservadas", afirma.

Colaborou Eduardo Cucolo, de São Paulo; a jornalista viajou a convite do Lide

Minhas posições são muito claras, mas o que acontece é que as pessoas não querem dizer que o rei está nu.

E, de repente, preferem deixar que as coisas aconteçam até o dia da votação

Ronaldo Caiado governador de Goiás (União Brasil)

Site:

<https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50323>

Desoneração de folha de pagamento vai direto para Câmara

Thaísa Oliveira

O PL (projeto de lei) que prorroga até o fim de 2027 a desoneração da folha de salários para empresas de sete setores da economia seguirá direto para a Câmara.

O PL foi aprovado pela CAE (Comissão de Assuntos Econômicos) do Senado na semana passada em caráter terminativo, mas integrantes da base governista articulavam um recurso para que o texto fosse analisado também pelo plenário da Casa. A ideia da base era ganhar tempo no Senado e tentar adiar a discussão entre os deputados federais.

O senador Jorge Kajuru (PSB-GO), vice-líder do governo e líder do PSB, chegou a recolher as assinaturas necessárias, mas desistiu de apresentar o recurso, cujo prazo terminava nesta quarta (28).

O governo considerou que sairia derrotado no plenário. Na CAE, o PL foi aprovado por 14 votos a 3. A estratégia será tentar atrasar a votação na Câmara até a eventual aprovação da reforma tributária.

A aprovação do texto na CAE representa revés para a Fazenda diante do impacto potencial sobre as contas de pelo menos R\$ 9,4 bilhões. Nos últimos dias, o ministro Fernando Haddad (PT) chegou a dizer que o projeto viola dispositivos da Constituição.

"Ouvi dos 17 setores que haveria demissão em massa e ponderei com o líder Jaques Wagner que não era bom manter essa posição [contra a desoneração] diz Kajuru sobre a desistência. "É uma posição muita dura de Haddad."

A desoneração da folha começou no governo Dilma Rousseff (PT), em 2011, e teve sucessivas prorrogações. A medida permite que os setores desonerados paguem alíquotas de 1% a 4,5% sobre a receita bruta, em vez de 20% sobre a folha de salários para a Previdência Social e outras contribuições.

Para compensar a prorrogação da desoneração, o projeto também estende, pelo mesmo período, o aumento de 1% na alíquota da Cofins-Importação - pela lei atual, só vai até dezembro.

Os 17 segmentos contemplados pelo projeto são calçados, call center, comunicação, confecção e

vestuário, construção civil, empresas de construção e obras de infraestrutura, couro, fabricação de veículos e carrocerias, máquinas e equipamentos, proteína animal, têxtil, tecnologia da informação, tecnologia de comunicação, projeto de circuitos integrados, transporte metro ferroviário de passageiros, transporte rodoviário coletivo e transporte rodoviário de cargas.

"Prevaleceu o entendimento sobre a importância dos empregos gerados por esses 17 setores", afirma o autor da proposta, senador Efraim Filho (União-PB), sobre o envio do texto para a Câmara. "Eu entendo que o governo viu na CAE que estava totalmente isolado", completa.

O projeto aprovado também prevê a redução da contribuição previdenciária paga por municípios com até 142,6 mil habitantes, dos atuais 20% para 8%.

Site:

<https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50323>

Adiada votação de projeto sobre ajuste fiscal

Previsto para ser votado em 2º turno na Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG), ontem, o Projeto de Lei (PL) 767/2023, que converte o Programa de Reestruturação e de Ajuste Fiscal do governo de Minas em Programa de Acompanhamento e Transparência Fiscal (PAF), não foi levado ao plenário. Estava na pauta também o PL 822/2023 que concede reajuste de 12% para profissionais da educação. A oposição queria que o aumento dos salários dos servidores da educação fosse votado antes, mas não conseguiu. Mas diante do impasse, nenhum dos dois projetos foi votado.

"Começaram a fazer uma oposição do quanto pior melhor. E Minas corre o risco de ter que pagar na segunda feira (3/7), de uma vez só, uma dívida de mais de R\$ 16 bilhões", afirmou o líder da situação e futuro secretário de Estado de Governo, Gustavo Valadares (PMN), que também chamou a atitude de "irresponsável".

O PL 767/2023 é tratado como prioritário pelo governo Romeu Zema (Novo), considerando pré-requisito para que o estado passe a aderir o Regime de Recuperação Fiscal (RRF), que permite a renegociação da dívida com a União. Minas Gerais assumiu o compromisso de pagar a dívida com a União em 30 de junho de 2022, quando foi firmado um aditivo contratual que permite a redução do pagamento.

O deputado estadual Ulysses Gomes (PT), líder do bloco de oposição, afirmou que o projeto apresentado não tem informações sobre "o impacto anexado nesse projeto". "Não temos informações das contas públicas. Mesmo buscando na Justiça, não temos o saldo bancário do Estado. O governador não dá informação nenhuma a não ser anunciar que arrumou as contas públicas, sem pagar nenhum centavo da dívida nos últimos quatro anos", afirmou o parlamentar.

Ulysses afirmou que a oposição queria garantir o reajuste dos **servidores públicos** da educação e a emenda de reajuste para a segurança pública antes da votação do PAF e apontou que, se o projeto chegou até o 2º turno, foi "exatamente porque nós não obstruímos ao longo da semana. A votação (...) chegou onde chegou porque não houve intransigência. Houve propostas que eles não aceitaram. Uma delas é votar o reajuste primeiro". A reunião que trataria dos projetos de lei foi retomada às 18h, mas foi encerrada pouco depois. A oposição afirma que a base do governo deixou um a sessão para que, devido à falta de

quórum, ela fosse encerrada.

SUPREMO Quatro ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) votaram favoráveis para que Minas Gerais possa aderir ao Regime de Recuperação Fiscal sem que precise da aprovação da Assembleia Legislativa de Minas Gerais. O governo de Minas alegou que o projeto tramitou em regime de urgência, mas não foi colocado para votação pelo então presidente da Casa, o deputado Agostinho Patrus (PSD), o que fez com que entrassem com uma Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) afirmando que o Legislativo se omitiu em apreciar o tema.

Os dez ministros têm até hoje para se posicionar sobre o tema. Nunes Marques, relator, e outros três ministros - Edson Fa-chin, Dias Toffoli e Gilmar Mendes - se posicionaram favoráveis ao governo Zema. São necessário mais dois votos para ter maioria a favor do Executivo mineiro. Ainda faltam votar Rosa Weber, Cármen Lúcia, Luís Roberto Barroso, André Mendonça, Alexandre de Moraes e Luiz Fux.

Site:

<https://digital.em.com.br/estadodeminas/30/06/2023/p1>

Difícil consenso para a reforma tributária

Ândrea Malcher

Prevista para ser votada na Câmara dos Deputados na próxima semana, a **reforma tributária** está longe de alcançar o necessário consenso.

Prova disso é que, ontem, o Comitê Nacional dos Secretários Estaduais da Fazenda (Comsefaz) se reuniu com o relator da proposta, deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), e apresentou mais um rol de sugestões ao texto.

O parlamentar, por sua vez, anunciou que estudará as propostas que lhe foram encaminhadas e que ainda conversará com prefeitos e governadores.

Entre as sugestões apresentadas, segundo o presidente do Comsefaz, Carlos Eduardo Xavier, está a de que o Imposto Sobre Bens e Serviços (IBS) entre em vigor em 2026 com uma alíquota simbólica de 1%, ao mesmo tempo que o ICMS e o ISS sejam mantidos até 2033. No texto do relator, porém, o IBS seria aplicado gradualmente de 2029 até 2033.

Xavier afirmou que esta mudança seria uma alternativa à criação do Fundo de Compensação de Perdas, medida que visa bancar os benefícios do ICMS concedidos pelos estados às empresas até 2032. O fundo teria um aporte de R\$ 160 bilhões do governo federal, considerado insuficiente pelos estados. O texto do relator, no entanto, prevê a destinação de mais recursos caso o valor não seja suficiente.

"O tamanho dos benefícios concedidos é bem superior a R\$ 160 bilhões. Talvez a gente nem tenha esse número. A União não vai ter dinheiro para bancar essa compensação e, se ela não for suficiente, as empresas vão entrar judicialmente contra os estados que concederam os benefícios", alertou Xavier.

Os estados pedem também que a União destine R\$ 75 bilhões por ano, a partir de 2033, para o Fundo de Desenvolvimento Regional (FDR). Só que o governo aceita entrar com apenas R\$ 40 bilhões, a serem divididos entre o FDR e o fundo de compensação até 2032.

Outro ponto apresentado pelos secretários envolve a distribuição dos recursos deste fundo, que está previsto por meio de uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC). O modelo não tem consenso entre os estados, mas o presidente do Comsefaz destacou

que a maioria concordou com uma espécie de "Produto Interno Bruto (**PIB**) Invertido" - ou seja, com os estados mais pobres ficando com uma parcela maior de recursos.

Cisão

Xavier salientou que, mesmo sendo uma ideia defendida pela maioria, estados mais populosos, como São Paulo, foram contrários, alegando que sairiam perdendo.

Aliás, a falta de consenso sobre as propostas entregues ao relator é profunda mesmo dentro do Comsefaz. Prova disso é que a secretária de Fazenda de Goiás, Selene Nunes, abandonou o encontro, o que reflete as críticas que o governador Ronaldo Caiado faz à proposta.

No documento entregue a Aguinaldo Ribeiro, foi sugerido, ainda, que o Imposto Seletivo, previsto para substituir o IPI, seja administrado pelo Conselho Federativo - que não tem representação da União, apenas de estados e municípios. Além disso, os estados pleiteiam que a transição da arrecadação do imposto no local de origem para o de consumo seja feita em 26 anos, em vez dos 50 previstos no texto do relator.

Diante de mais propostas, o deputado deixou claro que o texto não está fechado, pois conversará com prefeitos e governadores - entre eles o de São Paulo, Tarcísio Gomes de Freitas, que deve vir a Brasília, na próxima semana, para encontrar o relator e, também, articular junto a bancada do estado o apoio à reforma.

Sem querer antecipar quais pontos levantados pelos secretários podem ser incorporados, Aguinaldo Ribeiro frisou que está em constante diálogo com o ministro da Fazenda, Fernando Haddad. "Tudo tem repercussão.

Quando a gente antecipa ou alonga a transição, a gente tem um impacto federativo também.

É preciso conversar com todos os entes", esquivou-se.

O relator garantiu que, agora, "há muito mais convergências do que divergências", mas os impasses indicam o contrário. A versão final da **Reforma Tributária** só será apresentada quando o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), estiver convicto de que poderá levá-la a votação.

Notícias Relacionadas:

CORREIO BRAZILIENSE - ON LINE
Reforma Tributária tem difícil consenso

Site:

<https://edicao.correiobraziliense.com.br/correiobraziliense/2023/06/30/all.pdf>

Indústria e comércio têm resistências

Ândrea Malcher

Embora diversos setores produtivos sejam favoráveis à reforma, as confederações Nacional da Indústria (CNI) e Nacional do Comércio (CNC) criticaram a reforma durante audiência da Comissão de Indústria, Comércio e Serviços da Câmara dos Deputados, na última terça-feira.

Mario Sergio Telles, gerente de Economia da CNI, reclamou da redação ampla de alguns pontos da proposta - como, por exemplo, o novo Imposto Seletivo. Já o consultor da CNC, Gilberto Alvarenga, criticou a adoção da mesma alíquota para o setor industrial e para o setor de serviços, que, segundo ele, paga atualmente 8,65% e poderá ter que pagar 25%.

"Quando falamos de empresas no regime cumulativo, elas podem ter um aumento na carga tributária, não veem a possibilidade de repassar isso para o consumidor final. Essa é uma grande preocupação. A CNC apoia a **Reforma Tributária** e esse projeto, mas faz algumas ressalvas", pontuou Alvarenga.

Entre os governadores, sobram reclamações. Um dos mais críticos à proposta que vem sendo elaborada pelo relator, Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), é Ronaldo Caiado. Para ele, o principal problema é a concentração da arrecadação de **impostos**, hoje de competência municipal e estadual, por um Conselho Federativo ligado à União, mas com representantes subnacionais.

"Isso aí (o Conselho Federativo) é muito mais um projeto de poder do que de **Reforma Tributária**."

Não podemos colocar em risco a arrecadação, com concentração nas mãos da União. Não pensem vocês que não existe o viés político. Não podemos ficar aqui iludidos, porque quem concentra poder e arrecadação tem mais poder de definição nos processos eleitorais de um país em qualquer lugar do mundo", disse Caiado, para uma plateia de políticos e empresários, em evento do grupo empresarial Lide, no Rio de Janeiro.

Adesão

No mesmo evento, o governador do Rio de Janeiro, Claudio Castro, fez coro com Caiado e Tarcísio Gomes de Freitas contra o Conselho Federativo. Ele evitou ser taxativo, mas falou em "dificuldade grande" com relação ao item. Na quarta-feira, em Portugal, o

governador de São Paulo disse não aceitar "de maneira nenhuma" que o tributo pago no seu estado seja destinado para gestão de um colegiado.

Castro ainda reclamou sobre a falta de clareza sobre a futura alíquota do IVA, ponto que deve ser discutido. "Há dificuldade grande na questão desse ente arrecadatário."

Acreditamos que isso tira a autonomia dos estados.

Estávamos esperando o texto para fazer nossas opiniões. Mas, a princípio, isso fere o pacto federativo", destacou.

Já o presidente Luiz Inácio Lula da Silva reconheceu que a reforma "certamente" será diferente da ideia original do governo. Ao comentar os trabalhos em torno do texto do relator Aguinaldo Ribeiro, ele elogiou a coordenação "com maestria" do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, e dos articuladores políticos do governo.

"Certamente não passará na integralidade daquilo que o governo queria. Mas, certamente, passará (uma reforma) que vai dotar o Estado de maior proteção contra a sonegação, de maior capacidade de arrecadação", afirmou Lula, em entrevista, ontem, à Rádio Gaúcha.

(AM com Agência Estado)

"Isso aí (o Conselho Federativo) é muito mais um projeto de poder do que de **Reforma Tributária**."

Não podemos colocar em risco a arrecadação, com concentração nas mãos da União. Não pensem vocês que não existe o viés político" Ronaldo Caiado, governador de Goiás, deixando claro que não aceitará um colegiado para administrar a arrecadação

Notícias Relacionadas:

CORREIO BRAZILIENSE - ON LINE

Reforma tributária: indústria, comércio e governadores têm resistências; entenda

Site:

<https://edicao.correio braziliense.com.br/correio braziliense/2023/06/30/all.pdf>

Hidrogênio verde pode ser chave para a reindustrialização do Brasil

Andréa Vialli

O hidrogênio verde, combustível obtido por meio de fontes de energia renováveis, pode ser a chave para a reindustrialização do Brasil e a inserção do país na nova economia global baseada na transição para o baixo carbono.

O tema foi debatido durante o seminário Energia Sustentável no Brasil, realizado na quarta-feira (28), pela Folha com apoio da Órigo Energia, e do Banco do Nordeste.

O combustível tem inúmeras aplicações, como a substituição de fontes fósseis nos transportes e na indústria, ajudando no cumprimento das metas climáticas previstas no Acordo de Paris, que pretende evitar que a temperatura média suba acima de 1,5°C.

Entre os estados brasileiros, o Ceará é o que tem maior número de projetos previstos. De acordo com o governador Elmano de Freitas (PT), já foram assinados 30 memorandos de entendimento com empresas nacionais e estrangeiras, com uma sinalização de investimentos acima de US\$ 30 bilhões (R\$ 145,7 bilhões). Desses, há três pré-contratos já firmados, nos quais a previsão de investimento é de US\$ 8 bilhões (R\$ 38,8 bilhões).

Freitas afirmou que o Nordeste tem potencial para produzir hidrogênio verde em um volume superior ao que o Brasil pode consumir. Essa condição transforma o país em um exportador do combustível, além de abrir uma nova matriz energética, mais limpa, para a indústria nacional.

"Os desafios para avançar nesta produção estão na regulamentação, no crédito e em um tratamento diferenciado na **reforma tributária**, que precisa entender que o tema é estratégico", disse ele.

O estado também estuda incluir micro e pequenos geradores no fornecimento de energia solar para os projetos de hidrogênio verde. A ideia é começar com um piloto de geração em assentamentos rurais, de modo que a energia produzida atenda ao consumo das famílias e o excedente possa ser comercializado com as empresas que pretendem produzir o combustível.

Segundo o governador, isso viria acompanhado de um projeto de capacitação de cerca de 100 mil jovens. "A geração distribuída pode ser uma porta de saída do Bolsa Família e formar uma nova classe média no interior do país."

A demanda global pelo hidrogênio verde cria oportunidades para o Brasil de atrair investimentos da ordem de US\$ 200 bilhões (R\$ 971,5 bilhões) até 2040, segundo estudo da consultoria McKinsey.

O país é competitivo em razão do custo favorável da geração de energia de fontes limpas -já que a energia responde por 70% do custo de produção do hidrogênio verde.

Só a demanda do mercado doméstico, que deve representar 60% do total, pode gerar, até 2040, receitas de US\$ 15 bilhões a US\$20 bilhões (R\$ 78,8 bilhões a R\$ 97,1 bilhões).

As exportações para EUA e Europa poderiam acrescentar outros US\$ 4 bilhões a US\$6 bilhões (R\$ 19,4 bilhões a R\$ 29,1 bilhões), segundo a McKinsey.

"Esse mercado vai ser impulsionado em um horizonte de dez anos", diz o senador Cid Gomes (PDT-CE), que preside a comissão especial para debate de políticas públicas sobre hidrogênio verde do Senado. Existe também uma comissão na Câmara dos Deputados discutindo o tema.

De acordo com Gomes, as três principais frentes de demanda virão do mercado externo, sobretudo o europeu, que busca substitutos para o gás natural russo. Depois, virá o mercado doméstico, especialmente para a produção de fertilizantes, e a indústria que busca meios para mitigar suas emissões.

A criação de um marco regulatório para regulamentar a produção do hidrogênio verde deverá tramitar rapidamente nas duas casas, em consonância com o Executivo.

A expectativa, disse o senador, é que até o fim do primeiro semestre de 2024 a regulamentação saia, assim como para as usinas eólicas off-shore, que devem incrementar ainda mais a produção de energia para abastecer as futuras fábricas do combustível.

"Não estamos atrasados. Nem a Europa, que será o primeiro grande cliente do hidrogênio verde brasileiro, tem uma regulamentação pronta. O importante é que estamos sintonizados", afirmou.

O apoio financeiro para a criação de uma cadeia produtiva para o hidrogênio verde no Brasil deverá vir de fontes de capital variadas, o chamado "blended finance".

Em 2022, o BNDES lançou um programa para incentivar projetos-piloto de produção de hidrogênio de baixo carbono, com a combinação de três instrumentos de apoio: o Fundo Clima, que financia projetos de geração e distribuição de energia renovável a partir de R\$ 10 milhões; e o BN DES Finem Meio Ambiente e Finem Inovação, linhas de crédito voltadas à inovação e tecnologias sustentáveis. Posteriormente, o banco deverá ampliar as linhas de apoio.

Uma inspiração é o sucesso da indústria ligada à geração de energia eólica no Brasil, que foi impulsionada a partir da década de 2000 pela exigência do banco de que os projetos eólicos tivessem um percentual de equipamentos fabricados no país. Isso fez com que essa cadeia produtiva se desenvolvesse no Nordeste.

"A ideia é ampliar recursos, mantendo o "blended finance", para termos um custo de capital competitivo e alavancar os investimentos necessários", disse Guilherme Arantes, gerente da área de transição energética e clima do BNDES.

Os projetos brasileiros devem contar ainda com o fomento do Banco Mundial. Em 2022, na COP 27, a conferência da ONU sobre mudanças climáticas, no Egito, o órgão lançou o programa H4 D, para fomentar o mercado de hidrogênio de baixo carbono nos países em desenvolvimento.

A iniciativa prevê parcerias para catalisar financiamentos públicos e privados, e, no Brasil, já tem acordos firmados com o governo do Ceará, a Absolar (representante da geração de energia solar) e a CCEE, câmara de comercialização de energia elétrica.

"A iniciativa respeita a política que cada país tem em relação à produção de hidrogênio de baixo carbono. No Brasil, queremos impulsionar um fundo de capital de risco para a região Nordeste", afirma Carlos Costa, economista sênior de energia do Banco Mundial.

As conversas também estão avançadas com a Secretaria de Desenvolvimento Econômico do Estado de São Paulo.

O que é hidrogênio obtido a partir de fontes renováveis de energia (solar, eólica, biomassa)

COMO É PRODUZIDO

1

O hidrogênio verde é obtido por eletrólise da água: processo químico que utiliza a corrente elétrica para separar o hidrogênio do oxigênio da molécula de água. Esse processo demanda alta quantidade de energia, que precisa vir de fontes renováveis (solar, eólica, hidráulica, biomassa), de modo a obter o hidrogênio com baixo teor de carbono.

2

Além da água, são consideradas matérias-primas renováveis fornecedoras de átomos de hidrogênio: a biomassa e os biocombustíveis líquidos e gasosos, tais como o etanol e o biogás/ biometano, por exemplo.

3

Nesse caso, o processo mais utilizado é a reforma: processo termoquímico no qual um combustível é convertido em uma mistura de gases rica em hidrogênio.

Os desafios para avançar nessa produção estão na regulamentação, no crédito e em um tratamento diferenciado na **reforma tributária**, que precisa entender que o tema é estratégico

Elmano de Freitas governador do Ceará

Não estamos atrasados. Nem a Europa, que será o primeiro grande cliente do hidrogênio verde brasileiro, tem uma regulamentação pronta

Cid Gomes senador e presidente da Comissão Especial para Debate de Políticas Públicas sobre Hidrogênio Verde

A ideia é ampliar recursos, mantendo o "blended finance", para termos um custo de capital competitivo e alavancar os investimentos necessários

Guilherme Arantes gerente da área de transição energética e clima do BNDES

No Brasil, queremos impulsionar um fundo de capital de risco para a região Nordeste

Carlos Costa economista sênior de energia do Banco Mundial

Site:

<https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50323>

O bode na sala da reforma tributária (Editorial)

Apresentado na semana passada, o parecer da **reforma tributária** começou a ser "espancado" pelos setores e entes federativos que serão afetados pelas mudanças na tributação de bens e serviços. Não há nenhuma surpresa nisso. Ao cobrar agilidade do relator, deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), corretamente quis dar tempo a todos os interessados para apresentar sugestões de ajustes ao texto que será submetido ao plenário no início de julho. É bom que seja assim.

Mas, para além das críticas a que todo projeto está sujeito, esse intervalo tem sido útil para identificar a diferença entre quem defende a reforma e quem diz apoiá-la, mas parece mais interessado em miná-la.

O governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas, por exemplo, firmou posição contra o Conselho Federativo, comitê formado por Estados e municípios que centralizará a arrecadação do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), tributo resultante da união do ICMS e do ISS. No lugar do conselho, Tarcísio defende uma câmara de compensação, ambiente em que os Estados fariam um encontro de contas das operações realizadas ao fim de cada dia.

Não se trata de mero ajuste ou mudança tênue: o Conselho Federativo é simplesmente um dos pilares da **reforma tributária** da Câmara. Pela proposta, o Conselho fará a compensação de créditos e débitos de forma automática, sem que o dinheiro transite por caixas alheios. A existência do órgão visa justamente a eliminar os riscos envolvidos em um desenho que prevê que um Estado arrecade o que é de outro Estado por direito. Com o Conselho, cada um receberá apenas o que efetivamente lhe compete, sem que haja uma relação de interdependência para que os recursos cheguem ao seu respectivo caixa.

Em um movimento que parece orquestrado, o governador de Goiás, Ronaldo Caiado, mirou justamente no Conselho Federativo. Na avaliação dele, todos os Estados passariam a viver de uma "mesada", o que está longe de ser verdade. Já o governador do Rio de Janeiro, Claudio Castro, argumentou que cada Estado deve ter seu próprio órgão de arrecadação - como se a reforma determinasse o fim dos Fiscos estaduais.

É curioso que esses governadores não manifestem a mesma preocupação com os riscos inerentes à câmara de compensação. Nesse sistema, a tal "mesada" realmente existiria, mas seria administrada por outros Estados, principalmente São Paulo, que hoje é quem mais arrecada - como didaticamente explicou a consultora internacional na área tributária Melina Rocha, em entrevista ao Estadão.

Com a câmara, qual a garantia que um Estado em dificuldades financeiras devolverá os recursos que transitaram em seu caixa, mas não lhe pertencem?

O problema envolve também os mais de 5,5 mil municípios do País, e há precedentes negativos nesse sentido - Minas Gerais, por exemplo, já deu calote ao deixar de repassar aos municípios sua cota de ICMS.

Há 15 anos, a resistência dos Estados em mudar a cobrança de ICMS da origem para o destino impediu o avanço da **reforma tributária** no Congresso.

Em 2021, foi o ex-ministro da Economia Paulo Guedes quem implodiu a reforma, ao rejeitar a hipótese de que a União bancasse o fundo de compensação.

Este, que era considerado o maior dos desafios, foi superado no governo Lula, e o Ministério da Fazenda enfim aceitou pagar a conta.

Mas agora, sob a liderança de São Paulo, a oposição à criação do Conselho Federativo se tornou a maior ameaça à aprovação da reforma. A alegação de que o órgão fere o pacto federativo não se sustenta. É justamente o oposto: a ideia é que, no Conselho, nenhum Estado tenha poder para propor quaisquer mudanças de tributação isoladamente.

Tudo terá de ser negociado e articulado, em linha com o que se espera de uma verdadeira federação.

Mais uma vez, é hora de os governadores cederem e revisitarem o conceito de autonomia. O País tem agora uma chance única de aprovar a **reforma tributária** possível. Não será a proposta ideal, mas certamente será melhor do que o manicômio tributário que temos hoje.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Novos ajustes à reforma tributária

O texto do parecer preliminar do deputado Agnaldo Ribeiro (PP-PB), à PEC da **reforma tributária**, tomou o cuidado de designar corretamente os bens imóveis sobre cujas operações será aplicado regime específico de tributação dos futuros Imposto sobre Bens e Serviços (IBS federal) e da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS estadual e municipal): incorporação imobiliária; parcelamento do solo e alienação de bem imóvel; e locação e arrendamento de bem imóvel.

De acordo com o texto, as operações contratadas pela administração pública direta, por autarquias e fundações públicas deverão se submeter a regime específico do IBS e da CBS, a ser definido por lei complementar.

Segundo o parecer, no caso destas operações, a lei poderá prever hipóteses de não incidência de IBS e CBS, admitidas: a) a manutenção dos créditos relativos às operações anteriores; e b) a destinação integral do produto da arrecadação do IBS e da CBS recolhidos ao ente federativo contratante, mediante redução a zero das alíquotas dos demais entes e elevação em idêntico montante da alíquota do ente contratante.

Ou seja, a lei complementar poderá prever regime específico de tributação para as contratações de obras do programa Minha Casa, Minha Vida e de programas estaduais e municipais. Isto mantém o caminho aberto para a isenção de **tributos** nesses programas, como já ocorre hoje, pois não há sentido em que o ente federativo cobre um tributo sobre determinada obra que contrate.

A questão que se coloca agora diz respeito às alíquotas desse regime tributário específico, remetidas à lei complementar. Esta calibragem precisa ser muito bem feita, para não onerar as operações sobre bens imóveis e as obras contratadas por entes públicos, o que ocasionaria sérios problemas.

*

Calibragem das

alíquotas requer cuidado

para evitar oneração das

obras da construção

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Setor de serviços fala em se unir a Tarcísio para adiar votação

ADRIANA FERNANDES MARIANA CARNEIRO BRASÍLIA

Representantes das empresas de serviços vão procurar o governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), para formar um bloco de pressão pelo adiamento da votação da **reforma tributária** - prevista para julho.

Os empresários dizem querer se unir a esse movimento de resistência. "Estamos fazendo um bloco maior. Inclusive com os Estados", disse ao Estadão a presidente da Federação Nacional de Call Center, Instalação e Manutenção de Infraestrutura de Redes de Telecomunicações e de Informática (Feninfra), Vivien Mello Suruagy.

Segundo ela, uma reunião está marcada para hoje com o governador.

A assessoria de Tarcísio, porém, ainda não confirmou o encontro.

Como antecipou o Estadão, o governador paulista deve se reunir com parlamentares da bancada do Estado também hoje na tentativa de pressionar o relator da proposta na Câmara, Aguinaldo Ribeiro (PP-PB). Entre os participantes do encontro com Tarcísio, estão os presidentes de associações como as de refeições coletivas, festas e eventos, contabilistas, hotéis, restaurantes e turismo.

São Paulo é contra o Conselho Federativo, colegiado que vai gerir o Imposto sobre Bens e Serviço (IBS), imposto sobre valor agregado que será criado com a **reforma tributária** e substituirá o ICMS (dos Estados) e o ISS (dos municípios).

O Estado, que defende a criação de uma câmara de compensação semelhante ao sistema mantido pelos bancos, teme perder autonomia sobre a sua arrecadação.

"LOUCURA".

Além de São Paulo, Rio, Goiás, Roraima, Acre, Maranhão, Ceará, Amapá, Pará e Rondônia são contra o conselho, e poderiam engrossar o coro dos descontentes. Segundo o presidente da Cebrasse (Central Brasileira do Setor de Serviços), João Diniz, "governadores e empresários estão acordando para o

impacto financeiro, para a loucura do que é essa transição e para a inconstitucionalidade na questão federativa".

"É importante que não haja aumento de **tributos** para nenhum setor, sob risco de quebra de empresa e demissões", diz Vivien. "Agora, não dá para votar", diz a empresária. Entre os setores que querem adiamento, estão os de refeição coletiva, hotelaria, restaurante e turismo, limpeza, asseio e conservação e trabalho temporário e mão de obra terceirizada.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Estados querem que unificação de impostos fique só para 2033

IANDER PORCELLA FERNANDA TRISOTTO BRASÍLIA

Os Estados propuseram ontem ao relator da **reforma tributária**, Aguinaldo Ribeiro (Progressistas- PB), que a unificação do ICMS (estadual) com o ISS (municipal) ocorra somente em 2033. Dessa forma, argumentam, a União não precisaria bancar um fundo de compensação a empresas que hoje têm incentivos fiscais. Pela proposta, o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) poderia entrar em vigor em 2026, mas com uma alíquota simbólica de 1% como "teste" - e convivendo com o ICMS e o ISS até 2033.

Presidente do Comitê Nacional de Secretários de Fazenda, Finanças, Receita ou Tributação dos Estados e do Distrito Federal (Comsefaz), Carlos Eduardo Xavier, afirmou que o valor necessário para bancar os benefícios fiscais do ICMS às empresas poderia ser maior do que os R\$ 160 bilhões calculados.

No texto do relator, está previsto que a União banque os recursos necessários para honrar os acordos até 2032.

"A gente entende que dificilmente a União terá esses recursos disponíveis no Orçamento para fazer esse financiamento.

Então, é uma solução (unificar o ICMS e o ISS somente em 2033)", disse Xavier.

Se o relator acatar a sugestão dos Estados, o fundo para compensar o fim dos incentivos fiscais não seria mais necessário, pois esses benefícios seriam extintos em 2032.

"Efetivamente, até 2032 esses benefícios estão postos, a gente tem de conviver com eles. O problema é que, se aquela compensação não for suficiente, vai haver uma judicialização das empresas que têm contrato com prazo determinado contra os Estados, e nós vamos ter de arcar com isso", disse o presidente do Comsefaz.

Nesse caso, o Comsefaz defende que os recursos sejam direcionados para o Fundo de Desenvolvimento Regional (FDR). A ideia é preparar a infraestrutura dos Estados para o fim dos incentivos.

AO MESMO TEMPO.

Os Estados também pediram ao relator para que o início do modelo de cobrança da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), tributo que ficará com a União, e do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), que será repartido entre Estados e municípios, ocorra ao mesmo tempo. O Estadão/Broadcast antecipou ontem que um grupo de parlamentares e técnicos do governo avalia a regulamentação simultânea.

Notícias Relacionadas:

O LIBERAL - BELÉM - PA

Estados querem que unificação de **impostos** fique só para 2033

PORTAL UOL

Estados querem que unificação de **impostos** fique só para 2033

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Lula admite que projeto não vai ser aprovado na íntegra

/ EDUARDO GAYER/ BRASÍLIA

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva reconheceu que a **reforma tributária** a ser votada no Congresso "certamente" será diferente do projeto original do governo. A Câmara deve analisar a partir da semana que vem o relatório do deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), construído em conjunto com o governo.

"Certamente, não passará a MP na integralidade daquilo que o governo queria, mas certamente passará medida que vai dotar o Estado de maior proteção contra a sonegação, de maior capacidade de arrecadação e também capacidade de redução da quantidade de **impostos**", disse ele, em entrevista à Rádio Gaúcha.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Governadores fazem ofensiva para mudar reforma tributária

Governadores têm feito uma ofensiva por mudanças na **reforma tributária**, em tramitação no Congresso, e criticam a proposta de criação do conselho federativo. A medida é vista pelos Estados como uma perda da autonomia dos entes federativos na gestão de suas próprias receitas. O colegiado, formado por representantes estaduais e de prefeituras, vai gerir a arrecadação do novo Imposto sobre Bens e Serviço (IBS), tributo que vai unificar o ICMS e o ISS.

Outra alteração defendida pelos Estados é que a unificação do ICMS com o ISS só ocorra em 2033, e não a partir de 2029, como propôs o relator do projeto, deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB).

Segundo o presidente do Comitê Nacional dos Secretários Estaduais da Fazenda (Comsefaz), Carlos Eduardo Xavier, a proposta dos Estados é que o IBS entre em vigor em 2026, com alíquota simbólica de 1%, mas conviva com o ICMS e ISS até 2033. Na proposta de Ribeiro, o IBS entraria em vigor de forma gradual entre 2029 e 2033.

A mudança, justificou Xavier, serviria para que a União não tenha que criar o Fundo de Compensação de Perdas para bancar os benefícios de ICMS concedidos pelos Estados para empresas até 2032. Esse fundo teria aporte de R\$ 160 bilhões do governo federal, mas o valor é considerado insuficiente pelos secretários. "A União não vai ter dinheiro para bancar essa compensação e, se ela não for suficiente, as empresas vão entrar judicialmente contra os Estados que concederam os benefícios", disse Xavier nesta quinta-feira (29), depois de uma reunião do Comsefaz com o relator da proposta, em Brasília. Apesar do cenário desenhado pelo Comsefaz, o texto da reforma diz que a União aportará recursos adicionais de R\$ 160 bilhões se não forem suficientes.

Mesmo com a transição mais longa e sem necessidade de compensar as empresas por perdas, os Estados cobram que a União aporte R\$ 75 bilhões ao ano, a partir de 2033, para o Fundo de Desenvolvimento Regional (FDR). O governo aceitou participar com R\$ 40 bilhões, que seriam divididos entre o FDR e o fundo de compensação até 2032.

Em um documento entregue pelo Comsefaz a Aguinaldo Ribeiro, os secretários também solicitaram que a forma de distribuição dos recursos deste fundo

conste da PEC da **reforma tributária**. Não há consenso entre os Estados sobre o modelo, mas a maioria optou pelo "**PIB** invertido", segundo Xavier.

O Comsefaz pediu ainda que o Imposto Seletivo, que substituirá o IPI, tenha a administração repassada para o conselho federativo, e que a transição da arrecadação do imposto do local de origem para o de consumo ocorra em 26 anos, e não nos 50 colocados na PEC.

O relator da reforma disse que estudará as propostas e conversará com prefeitos e o governo federal, além de aguardar a posição dos governadores. Ribeiro afirmou que apresentará a versão final do texto quando o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), marcar a votação, prevista para a próxima semana. Segundo Ribeiro, hoje "há muito mais convergências do que divergências" com os Estados.

Governadores de oposição, Ronaldo Caiado (União), de Goiás, Cláudio Castro (PL), do Rio, e Tarcísio de Freitas (Republicanos), de São Paulo, reforçaram as críticas à criação do conselho federativo para gerir a arrecadação do novo IBS.

Para Caiado, a medida "é absurda".

"É muito mais um projeto de poder do que de **reforma tributária**."

Concentra o poder de legislar na União, não dá autonomia aos Estados. O direito de concorrência nosso é suplantado pela legislação federal", disse o governador, em evento no Rio. Caiado afirmou que a medida "solaparia" a prerrogativa dos entes federativos. "Para que vai servir a Assembleia Legislativa?

Para votar qual orçamento, se eu já vou receber uma "mesada"?" Em Brasília, a secretária de Economia de Goiás, Selene Peres Nunes, abandonou a reunião do Comsefaz com Ribeiro e disse ser contra a proposta para unificar **impostos** sobre consumo. Segundo a secretária, Goiás considera a reforma uma "afronta aos entes federados".

O governador do Rio também criticou o conselho federativo. "Há dificuldade grande na questão desse ente arrecadatário", disse Cláudio Castro. "Fere o

pacto federativo, fere a autonomia dos Estados." Outra preocupação exposta por Castro é a falta de definição da alíquota do IVA. "Sem saber a alíquota, o Rio não vai votar." Em articulações para tentar mudar a reforma, o governador de São Paulo se reunirá nesta sexta-feira com o setor de serviços. No domingo, estará com deputados federais paulistas para negociar alterações, sobretudo em relação ao conselho federativo. Tarcísio reforça o temor de que o Estado poderá perder autonomia, mas, apesar de críticas, tem dito que é favorável à reforma.

O governo federal diz que a unificação dos **tributos** vai permitir que a compensação de créditos seja feita de forma mais igualitária.

Segundo a proposta, o conselho federativo terá "independência técnica, administrativa, orçamentária e financeira" e as decisões serão tomadas de "forma paritária" entre Estados e DF, e municípios".

Segmentos do setor de comércio e serviços querem o adiamento da votação da reforma e buscam apoio de governadores. Entidades dizem que são a favor da reforma e da simplificação de **tributos**, mas não há motivo para "pressa" e da forma como está, haverá um "cheque em branco" para a lei complementar, que definirá o cálculo do novo IVA. (Raphael Di Cunto, Marcelo Ribeiro, Jéssica Sant"Ana, Caio Sartori, Marta Watanabe e Cristiane Agostine)

Site: <https://valor.globo.com/virador/#!/edition/187590>

Aprovação causará aumento de 1% a 1,5% do PIB, diz Campos Neto

O presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, estimou a parlamentares que a aprovação da **reforma tributária** causará um aumento imediato de 1% a 1,5% do **PIB** logo no ano seguinte à aprovação porque o mercado vai antecipar os ganhos da reforma e promover investimentos, mesmo que a simplificação só entre em vigor dois ou três anos depois para os **impostos** federais e apenas a partir de 2029 para o ICMS e ISS, relataram fontes ao Valor. Procurado, o BC não respondeu.

Esse número entrou na rodada de conversas entre os deputados para convencê-los a aprovar o projeto.

O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e o relator da reforma, deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), farão uma maratona de reuniões a partir desta sexta-feira para ajustar os pontos necessários para tentar aprovar a proposta na próxima semana em plenário. Está cogitado até o cancelamento das comissões à tarde para dedicar total atenção ao texto.

A percepção dos negociadores da reforma é de que a aprovação na Câmara obrigará o Senado a analisá-la no segundo semestre.

Mesmo que os senadores sejam mais suscetíveis à pressão dos governadores e Estados, que continuam muito contrariados com a proposta, a avaliação dos deputados é de que os senadores não poderão "sentar em cima" de um tema tão relevante se já tiver passado pela primeira etapa, que é a votação na Câmara.

O texto, acreditam os deputados, é diferente da reforma do imposto de renda, que visava atender um compromisso eleitoral do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) de elevar a faixa de isenção do imposto de renda, mas não era considerada essencial para o desenvolvimento do país. Na época, não houve grandes objeções quando o Senado decidiu paralisar a proposta aprovada pela Câmara (em parte, também pela percepção de que ela criava novas distorções).

Além disso, por se tratar de uma proposta de emenda constitucional (PEC), as modificações feitas pelos senadores na reforma dos **impostos** sobre consumo terão que ser levadas em conta pela Câmara, já que a PEC só será promulgada se houver consenso entre as duas Casas. (RDC e MR)

Notícias Relacionadas:

VALOR ONLINE

Aprovação causará aumento de 1% a 1,5% do PIB, diz Campos
Neto

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187590>

A reforma e os créditos do IBS e da CBS - OPINIÃO JURÍDICA

Melina Rocha é consultora Internacional de IVA/IBS, diretora de cursos na York University-Canadá, doutora e mestre pela Université Sorbonne Nouvelle-Paris 3

Um dos principais pontos da **reforma tributária** em discussão no Congresso Nacional pelas PECs 45 e 110 diz respeito à redação da não cumulatividade do IBS (Imposto sobre Bens e Serviços) e da CBS (Contribuição sobre Bens e Serviços). Ambos os **tributos** têm como modelo o IVA, o Imposto sobre o Valor Adicionado, adotado atualmente por 174 países no mundo.

A não cumulatividade é uma característica fundamental do modelo IVA e tem por pressuposto a neutralidade econômica: sujeitos passivos que realizam a mesma atividade econômica devem ser tributados de maneira igual e os **tributos** não podem influenciar o modo pelo qual as empresas se estruturam e realizam as suas operações. É por isso que no IVA, diferentemente de modelos com **tributos** cumulativos, os sujeitos passivos no meio da cadeia são totalmente desonerados em razão do creditamento do imposto pago em suas aquisições, de modo que a carga tributária seja a mesma na venda ao consumidor final, independentemente da maneira pela qual a cadeia produtiva esteja estruturada.

A experiência brasileira com **tributos** não cumulativos certamente não é das mais felizes, já que sofreram diversas limitações ao creditamento - desde restrição de créditos relacionados a bens de uso e consumo, como no caso do ICMS, até limitações com base na "integração" do insumo ao produto final, como no IPI e no PIS/Cofins não cumulativo, por exemplo. Por conta dessa experiência brasileira, é normal que especialistas tenham desconfiança quanto à aplicação da não cumulatividade nos novos **tributos** e demandem que o texto constitucional dê maior segurança jurídica quanto ao direito ao creditamento dos **tributos** incidentes sobre as aquisições pelos sujeitos passivos.

A principal crítica é a da que o texto original da PEC 45/19 seria "idêntico ao texto da não cumulatividade hoje existente na Constituição Federal". Por conta disso, alegam que não haveria "nenhuma garantia do crédito amplo e irrestrito" como anunciado pelos defensores das PECs e, tal como ocorreu nos atuais **tributos**, as "legislações infraconstitucionais poderiam

igualmente limitar o direito ao creditamento".

Cabe lembrar que a atual redação da CF/88, no seu artigo 155, § 2º, I, atribui competência para que a lei complementar discipline o regime de compensação do imposto, e foi com base neste dispositivo que o STF decidiu em diversas situações que a LC 87/96 poderia restringir as hipóteses de creditamento.

Por conta destas críticas, o último relatório da PEC 110/19 do senador Roberto Rocha modificou o texto da não-cumulatividade para deixar mais claro que eventuais limitações ao direito ao creditamento seriam somente aquelas expressamente previstas na própria Constituição, sem prever qualquer delegação para que a lei complementar institua novas restrições ao creditamento.

O substitutivo da PEC 45/19 do deputado Aguinaldo Ribeiro, apresentado no último dia 22 de junho, parece ter seguido esta mesma linha ao determinar que o IBS "será não cumulativo, compensando-se o imposto devido pelo contribuinte com o montante cobrado sobre todas as operações nas quais seja adquirente de bem, material ou imaterial, ou serviço, excetuadas exclusivamente as consideradas de uso ou consumo pessoal, nos termos da lei complementar, e as hipóteses previstas nesta Constituição". Ou seja, com base neste último relatório, a Lei Complementar, ao contrário do que ocorre hoje, não poderá criar novas hipóteses de restrição ao creditamento além daquelas já previstas no próprio texto constitucional, tais como bens e serviços adquiridos para uso e consumo pessoal e casos de isenção e imunidade.

Ressalta-se que diversos especialistas têm proposto no debate público sugestões para o texto da não cumulatividade.

Estas sugestões sempre inserem na determinação do direito ao crédito algum tipo de critério que pode criar mais litígio e contencioso, tendo em vista que sua definição certamente chegará aos tribunais superiores. É o caso da proposta elaborada por André Mendes Moreira, que tem sido apresentada como proposta da OAB. Segundo esta proposta, o direito ao crédito ficaria vinculado ao imposto incidente sobre as "aquisições que impactem o preço desse bem ou serviços, estejam tais aquisições direta ou indiretamente relacionadas com a atividade

operacional". O que significa "impactar o preço"? Como aferir e comprovar que determinada aquisição impacta o preço do bem ou serviço? Se determinada aquisição for necessária para a atividade operacional da empresa, mas não for repassada no preço do produto simplesmente porque a elasticidade-preço da demanda não permite (e o fornecedor então vai ter que arcar com o custo destas despesas), então o imposto incidente nestas aquisições não poderá ser creditado? Critérios como estes certamente trarão mais discussão e poderão, ao contrário da intenção do autor, até mesmo limitar ao invés de garantir o crédito amplo do IBS e da CBS.

Na linha do último relatório da PEC 45/2019 o ideal é que a redação permita o creditamento amplo e total do imposto incidente sobre todas as aquisições feitas por sujeito passivo dos **tributos**, sem qualquer critério que possa ensejar discussão administrativa e judicial, salvo as exceções que deverão já constar expressamente no texto constitucional. Todo o imposto pago sobre qualquer aquisição, sem qualquer critério, deve dar direito a crédito. Assim, nesta proposta, o desenho da não-cumulatividade se dá não pela regra geral do direito ao creditamento, mas pelas suas exceções. Será a definição das exceções, que deverão ser restritas a casos que dizem respeito a consumo do sujeito passivo e a saídas não tributadas, que possibilitará o crédito amplo e irrestrito, já que a regra geral não dependerá da aferição de qualquer critério, mas somente se houve ou não a incidência dos **tributos** nas aquisições.

Melina Rocha é consultora Internacional de IVA/IBS, diretora de cursos na York University-Canadá, doutora e mestre pela Université Sorbonne Nouvelle-Paris 3

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187590>

Reforma Tributária: estados e municípios vão perder?

Por Vinicius Neder - Rio

Um dos entraves históricos à **Reforma Tributária**, ao longo de diversos governos e legislaturas no Congresso Nacional, sempre foi a resistência de governos estaduais e prefeituras, que temem perder arrecadação com as mudanças.

Os temores incluem a mudança do local de cobrança, a centralização da arrecadação, por causa da fusão de **impostos**, e a impossibilidade de oferecer benefícios fiscais para atrair atividades econômicas, que dá origem à chamada "guerra fiscal" - quando os governos locais disputam projetos de investimento oferecendo reduções de **tributos**.

Origem X Destino

Perdas X Ganhos

Guerra fiscal

Vantagens comparativas

Fundos de compensação

Pela proposta apresentada semana passada, a reforma prevê dois fundos. Os estados querem uma conta de R\$ 100 bilhões por ano, até 2032, sendo a maior parte ou a totalidade desse dinheiro bancada com recursos federais, de acordo com representantes dos governadores nas negociações. O governo quer limitar o gasto anual com esses fundos.

Autoridades dos governos locais, geralmente, argumentam que, se a arrecadação cair, não terão como custear a prestação dos serviços públicos. E dão como certa essa queda na arrecadação, quando perderem a possibilidade de usar benefícios fiscais para atrair atividades econômicas que, do contrário, não seriam instaladas em seu território.

O secretário de Estado da Fazenda do Amazonas, Alex Del Giglio, já disse a O GLOBO que o governo amazonense defende um fundo exclusivo para si, pois será o "maior perdedor" no novo desenho do sistema tributário. Tudo por causa da Zona Franca de Manaus, polo industrial que é uma área de exclusão tributária, ou seja, as fábricas que se instalam por lá ganham uma série de benefícios tributários, pagando menos

impostos.

Economistas a favor da reforma costumam ponderar que distorções econômicas criadas pela guerra fiscal e por regimes especiais, como o da Zona Franca de Manaus, atrapalham a produtividade e o crescimento. Corrigidas, permitirão um maior crescimento econômico, que resultará em mais arrecadação de **tributos**, reforçando o caixa de todos os governos.

De acordo com João Maria de Oliveira, pesquisador do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), num caso hipotético em que uma empresa estava para se instalar num local, por causa de vantagens comparativas positivas para seu negócio, mas opta por um estado vizinho, apenas com base na redução de **tributos**, mesmo o ganho do lugar cujo governo deu o benefício fiscal pode ficar apenas no curto prazo.

- Tem estudos dizendo que subsidio é bom para o estado A, mas o estado B perdeu, e perdeu mais do que os ganhos de A. Aí, o **PIB** do país como um todo perde. Usar o tributo para estimular essa alocação não é a melhor opção - afirmou Oliveira.

Para Bráulio Borges, economista sênior da LCA Consultores, com a reforma, uns governos locais ganharão mais do que outros, mas todos ganharão.

- Essa questão de perdas e ganhos parte do pressuposto de que é um jogo de soma zero. A noção de soma zero ignora que a reforma melhora o **PIB** de todo mundo. E ao melhorar o **PIB** de todos, a arrecadação com outros **tributos** também aumenta - afirmou Borges.

Segundo o economista, a diferença de magnitude entre os ganhos, em muitos casos, servirá para corrigir uma divisão concentradora da arrecadação dos **tributos**. Borges dá como exemplo a tributação do setor financeiro. Embora os bancos tenham operações em todo o país, a arrecadação do ISS, hoje municipal, fica com "meia dúzia" de cidades, onde ficam as sedes das principais instituições financeiras.

- Na prática, todo o tributo sobre a operação financeira feita no Brasil todo vai para meia dúzia de cidades, basicamente São Paulo e Barueri (SP). Isso é justo? - questionou Borges.

Em parte, a descentralização vem na esteira da mudança do local de cobrança para o destino, afinal, a produção é mais concentrada geograficamente do que o consumo. Por isso, Borges é contra os fundos de compensação aos estados. O economista lembra que a Constituição Federal instituiu três fundos de desenvolvimento regional, para as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, que poderiam ter seus recursos melhor aplicados.

- Há ampla evidência de que as benefícios fiscais até agora foram pouco efetivos em promover desenvolvimento regional. Dados mais recentes mostram que os estados deixam de arrecadar 2% do **PIB** em ICMS (com os incentivos). Muitas vezes, o custo é muito maior do que o benefício - afirmou Borges.

Site:

<https://oglobo.globo.com/economia/noticia/2023/06/reforma-tributaria-estados-e-municipios-vao-perder.ghtml>

Boas notícias na economia e uma pedra no caminho... - ANDRÉ RONCAGLIA

ANDRÉ RONCAGLIA

O encerramento do primeiro semestre de 2023 traz uma safra de boas notícias para o governo Lula. Os saldos recordes da balança comercial e os influxos de capital estrangeiro ao país vêm segurando a taxa de câmbio abaixo de R\$ 4,8/US\$. Isso não apenas reduz a inflação como eleva, a curto prazo, o poder de compra dos salários, fortalecendo o consumo.

As crescentes projeções de crescimento do PIB em 2023 (2,2%) se apoiam no pacote de gastos do governo e, com uma atuação mais efetiva do BNDES, o investimento nas infraestruturas física e social tem de elevar o emprego e a renda, em linha com a descarbonização da economia.

A Finep planeja liberar R\$40 bilhões (em quatro anos) para investimentos em inovação, com efeitos duradouros sobre a economia. O programa Minha Casa, Minha Vida estimulará a construção civil, e o programa Desenrola aliviará o endividamento familiar de um terço da população, enquanto o orçamento familiar se expande com o Bolsa Família turbinado e o reajuste real do salário mínimo.

Do lado da oferta agrega da, o relatório do Ibre-FGV mostrou que a produtividade do trabalho cresceu -pela primeira vez em anos- no primeiro trimestre de 2023. Na mesma linha, a aprovação da reforma dos tributos sobre consumo elevará a produtividade da economia e a confiança empresarial.

Mesmo como desemprego estável em 8,5% em maio, a inflação oficial (IPCA) caiu para 3,9% em 12 meses, com possível deflação em junho. O efeito combinado de apreciação cambial e recuo dos preços internacionais de commodities tem causado deflação dos preços ao produtor. Com isso, o IGP-M acumula queda de 6,86%, e o IGP-DI, de 5,49%, em 12 meses. A safra recorde deste ano tende a derrubar ainda mais o índice de Preços ao Produtor Amplo (IPA DI), o qual caiu 3,37% em maio e acumula queda de 8,89%, em 12 meses; o Plano Safra lançado nesta semana estimula a produção de alimentos para o mercado interno, reforçando a pressão baixista sobre os preços.

A combinação dessas boas notícias fez os juros dos contratos da dívida pública com vencimento em 2031 caírem abaixo de 11% ao ano. Os dados deixam claro

o espaço para o afrouxamento monetário, com economistas de mercado já fazendo mea-culpa pelos erros de previsão (autocrítica é exigir demais).

E, portanto, inusitado o Banco Central se prenda; por vontade, às expectativas de inflação coletadas pelo boletim Focus. Mesmo com a clara predominância dos canais de custo (preços internacionais e taxa de câmbio) no comportamento da taxa de inflação brasileira, o BC impõe a narrativa do canal das expectativas como fiel da balança.

A retórica do BC lembra o Calvinball, da famosa tirinha Calvin: um jogo em que se pode mudar regra para ganhar sempre. Depois de mudar várias vezes o motivo de manter a Selic na estratosfera, o Copom usa agora a reunião de junho do CMN, em que se discutiu a elevação da meta de inflação para o período 2024-2026.

Assim que se aventou essa possibilidade, o mercado elevou para 4% a meta de inflação efetiva para 2024. Na sua comunicação estabaneada e em claro abuso da autonomia operacional do BC, Campos Neto deixou claro que a meta implícita adotada para 2023 é 5%, para 2024, 4%, e, para 2025, 3%. Essa convenção informal entre BC e mercado refuta, portanto, qualquer relação mecânica entre elevação da meta oficial e a desancoragem das expectativas.

O Copom se disfarça como mero espectador de um jogo viciado em que só ele pode ganhar. Manter a meta oficial em 3% foi a condição imposta para cortar a Selic em agosto, fechando 2023 perto de 11%. Esse é o preço político (e institucional) que o BC cobra para devolver o oxigênio à economia.

Para fraseando Drummond, no meio do caminho para a retomada da economia tem uma pedra: o Copom sob Campos Neto.

Site:

<https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50323>

Fazenda tenta reduzir déficit de R\$ 3 bi

Dorva Resende Para o Valor, de Florianópolis

Como acontece muitas vezes na transição de governo, quem sai diz que deixou as contas em dia, quem entra afirma que a situação não é bem assim. Em Santa Catarina, não foi diferente. Ex-secretário da Fazenda do governo de Carlos Moisés da Silva, Paulo Eli saiu dizendo que havia deixado R\$ 5 bilhões em caixa. Cleverton Sievert, o chefe da pasta no atual governo, de Jorginho Mello (PL), prevê déficit de R\$ 3 bilhões até o final do ano, que pode ser reduzido para R\$ 2 bilhões se forem aprovadas pela Assembleia Legislativa e colocadas em práticas as medidas do Pafisc, o Programa de Ajuste Fiscal que será proposto pela administração estadual.

O atual governo trabalha com uma previsão orçamentária de R\$ 44 bilhões de receita líquida em 2023, um valor já descontado dos **tributos** repassados aos municípios (25% de ICMS e 50% do IPVA), mais o Fundeb, o fundo para educação básica. Em 2022, o gasto total com a folha do funcionalismo foi de 41,8% da receita corrente líquida (R\$ 19,3 bilhões).

Em abril deste ano, esse comprometimento já estava em 44,19%. No período de 2013 a 2022, a folha cresceu 123%, contra uma **inflação** de 79%.

A programação financeira do Estado prevê a destinação de R\$ 5,5 bilhões para saúde, que corresponde a 14% da receita estimada de **impostos** (a Constituição prevê 12%). Para educação, são destinados R\$ 9,7 bilhões, ou 26,7% da receita (a previsão constitucional é de 25%). Para a segurança pública são R\$ 3,6 bilhões, e para a agricultura, são destinados R\$ 900 milhões.

"As despesas cresceram de uma forma exorbitante nos últimos dois anos. Em 2021, a despesa cresceu 22%, contra uma **inflação** de 10%. Em 2022, cresceu 30% contra uma **inflação** de 6%. E isso é folha e custeio. Mas a folha de pagamento crescia em média R\$ 700 milhões até 2020. Em 2021, cresceu R\$ 1,5 bilhão, e, em 2022, cresceu R\$ 3,5 bilhões. Qualquer empresa do mundo que tem sua folha crescendo cinco vezes a média dos últimos dez anos vai ter problema no ano seguinte", diz o atual secretário da Fazenda.

O Pafisc vai atuar nas receitas do Estado em três frentes: benefícios fiscais, novas receitas e desburocratização. Um grupo de seis auditores fiscais está trabalhando no projeto dos benefícios fiscais, que em 90 dias será apresentado ao Legislativo, ao

Tribunal de Contas e ao setor produtivo. Na desburocratização, o plano é simplificar, reduzindo em 20% a burocracia tributária, como com o fim da Dime (Declaração de ICMS e Movimento Econômico).

Com relação às despesas, o programa vai reduzir contratos, suspender a nomeação de servidores e a realização de novos concursos e elaborar uma nova lógica para o repasse aos municípios dentro do Plano 1000, programa elaborado pelo governo anterior que deixou R\$ 3,5 bilhões em obras em todo o Estado para o atual governo pagar.

Sievert também anunciou a criação de um teto de gastos para Santa Catarina, projeto que está sendo elaborado por um grupo de estudos.

De acordo com o auditor Sérgio Dias Pinetti, gerente de fiscalização da Diretoria de Administração Tributária da Secretaria de Estado da Fazenda, as contas públicas de Santa Catarina estavam equilibradas até meados de 2022, muito em função dos repasses do governo federal de receitas extraordinárias e temporárias devido à pandemia da covid- 19 (cerca de R\$ 6 bilhões em três anos). Depois, foram afetadas pela redução do preço dos combustíveis e da energia elétrica (com o voto favorável do então senador Jorginho Mello) no governo Jair Bolsonaro.

"Tínhamos um endividamento baixo, um dos menores do país, margem grande para contrair empréstimos para investimentos, endividamento externo zerado e arrecadação com desempenho acima da média, de 9% a 11% positiva. Aí, em julho do ano passado, começaram os efeitos da Lei Complementar 194, que reduziu de 25% para 17% a alíquota do ICMS sobre combustíveis e energia. Com isso, o Estado deixou de arrecadar R\$ 300 milhões por mês em ICMS. Hoje, a perda está em torno de R\$ 250 milhões, com o realinhamento da bandeira da energia elétrica", afirma Pinetti.

Segundo o presidente do Sindicato dos Fiscais da Fazenda do Estado de Santa Catarina (Sindifisco/ SC), Zeca Farenzena, o ajuste proposto pelo governo é equilibrado.

"O Estado não pode gastar mais do que tem. Do jeito que está, Santa Catarina está vendendo o jantar para pagar o almoço", diz. Farenzena afirma que o déficit previdenciário dos servidores civis estará zerado em até três anos, mas o rombo continuará na previdência

dos servidores da segurança pública em função do regime de integralidade e paridade dos aposentados com a força policial da ativa.

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187590>

BC reforça expectativa de redução da Selic

Rafaela Gonçalves

O presidente do Banco Central (BC), Roberto Campos Neto, reforçou, ontem, que a maioria dos integrantes do Conselho de Política Monetária (Copom) decidiu "deixar a porta aberta" para um corte na taxa básica de juros (Selic), atualmente em 13,75% ao ano, na reunião de agosto.

Ao comentar o Relatório Trimestral de **Inflação**, divulgado ontem pelo BC, Campos Neto disse que a autoridade monetária está "otimista". "As expectativas estão em um caminho positivo.

Estamos otimistas. Já venho falando há uns meses que a **inflação** tem ido para baixo e o crescimento, para cima", disse.

O relatório trouxe números que corroboram com as condições dadas pelo Copom para a queda dos juros. A projeção da **inflação** para 2024, horizonte com o qual o BC trabalha atualmente, caiu de 3,6% para 3,4% - ficando mais perto da meta central, de 3%. Com isso, a chance de estouro do limite superior (4,50%) se reduziu, de 26% para 21%. Quanto mais perto a **inflação** fica da meta, mais chances há de redução dos juros.

O relatório também destacou que a chance de a **inflação** oficial superar o teto da meta este ano caiu de 83%, no relatório de março, para 61%, agora em junho.

Entre os fatores que motivaram as revisões para baixo, o BC listou a desvalorização do dólar e a **inflação** menor do que a esperada.

Campos Neto, minimizou as pressões do governo para que o BC reduza imediatamente a Selic. "Pressão faz parte desse trabalho. Poucos presidentes do Banco Central passaram por aqui e não tiveram momentos de se sentirem pressionados", declarou.

Ele disse ainda que a autoridade monetária também "quer baixar os juros", mas que não pode fazer nada que desestruture o processo econômico no futuro.

PIB

O BC também revisou a projeção para o crescimento da economia neste ano para cima. A estimativa para a expansão do Produto Interno Bruto (**PIB**) passou de 1,2% para 2% em 2023, em razão de "surpresas

positivas em algumas atividades da indústria e do setor de serviços".

Apesar da revisão, a autoridade monetária ponderou que a projeção é de desaceleração da atividade econômica. A forte alta da atividade no primeiro trimestre foi puxada pelo setor agropecuário, com a safra de soja, que foi recorde. "O setor deve recuar nos trimestres seguintes, contribuindo para a desaceleração do **PIB**", avaliou o relatório.

Campos Neto disse, ainda, que "não vê incoerência", entre os últimos documentos do Copom. Na semana passada, no **comunicado** em que explicou a decisão de manter a taxa básica de juros em 13,75%, o colegiado pediu "paciência e serenidade", dando a entender que a decisão de baixar a taxa ainda estaria distante.

Na última terça-feira, a ata da reunião trouxe um cenário bem mais otimista, informando que a maioria dos membros do colegiado via chances de reduzir a Selic em agosto, se a **inflação** continuar em queda.

Ele explicou que o **comunicado** tem a função de "expressar opinião de consenso", enquanto a ata tem o objetivo de explicar as discussões. "Quando você tem uma situação de reunião dividida e você tem que escrever uma opinião de consenso curta, você não tem como escrever muita coisa", justificou. Reconheceu, porém, que a dissonância entre os informes geraram "bastante ruído".

Site:

<https://edicao.correiobraziliense.com.br/correiobraziliense/2023/06/30/all.pdf>

Brasil adota meta contínua de inflação

Edla Lula

O Conselho Monetário Nacional (CMN) aprovou, ontem, a mudança no sistema de metas de inflação no Brasil. Em 2025, o país migrará do modelo atual, em que o objetivo vale para o ano calendário, para o regime de meta contínua, usado na maioria dos países que adotam sistemas como esse.

Um decreto presidencial ainda vai detalhar as novas regras.

Pelo modelo internacional, a meta é definida em um determinado período, sem que haja vinculação com o ano-calendário, de janeiro a dezembro. Por decisão do Banco Central (BC), responsável por conduzir a política de controle da inflação, essa meta poderá se mover a partir de um "horizonte relevante".

Ao anunciar a mudança, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, que preside o CMN, destacou que o novo modelo traz mais flexibilidade para o BC perseguir a meta de inflação sem prejudicar o funcionamento da economia.

"O que se fazia no Brasil era abrir mão da meta para cumprir o calendário. Agora é o contrário, mantém-se a meta, abrindo mão do ano-calendário", disse.

O CMN decidiu também manter as metas - já traçadas no governo anterior - de 3,25% para 2023 e de 3% para os anos de 2024 e 2025, com margem de tolerância de 1,5 ponto percentual para mais ou para menos. Além disso, fixou o índice para 2026 em 3%, com a mesma margem de tolerância.

Haddad avaliou que as decisões do CMN, ao lado de outras medidas do governo, como o novo regime fiscal, permitem que o Banco Central inicie, em sua próxima reunião, um ciclo de redução da taxa básica de juros, a Selic. "Os indicadores estão mostrando convergência. Temos razões para nos preocuparmos com a desaceleração da economia.

Queremos garantir para a sociedade um 2024 melhor do que 2023. Praticar juros na casa de 9% reais ao ano é algo que deveria ser revisto", comentou.

A decisão agradou o mercado financeiro, que estava apreensivo com a possibilidade de o governo elevar as metas de inflação, o que poderia ser visto como um descompromisso do governo com o controle de preços.

A Bolsa de Valores de São Paulo (B3) subiu forte, com o Ibovespa atingindo alta de 1,46%, aos 118.383 pontos.

"A decisão do CMN (de manter as metas para 2024 e 2025) dissipa incertezas que são sempre prejudiciais à condução da política monetária. Também se mostrou meritória a mudança na forma de apuração da meta de inflação, que passa a ser contínua e não com aferição no ano-calendário", diz a nota divulgada pela Federação Brasileira dos Bancos (Febraban).

Para Calil Filippelli, gestor de fundos da Ouro Preto Investimentos, "a decisão veio ao encontro do que o mercado esperava e queria, pois, dessa forma, a apuração se adequa aos padrões internacionais e facilita a ancoragem e a flexibilização monetária".

Ele observou que uma meta mais alta tenderia a puxar para cima as expectativas de inflação e enfraquecer o trabalho do BC.

"O intuito seria principalmente pressionar a Selic para baixo artificialmente, o que implicaria maior risco de reversão do quadro inflacionário." Já Rodolfo Consenzo, analista de Investimentos na Top Gain, observou que a manutenção do alvo em 3% abre caminho para "o início do ciclo de corte da taxa básica de juros e também mostra o compromisso (do governo) com a manutenção da inflação baixa daqui para frente".

Professor na Universidade Federal de Pernambuco, o economista Ecio Costa destacou que "o resultado mais importante foi a manutenção da meta futura em 3% e da meta atual. Isso traz tranquilidade ao mercado e para a condução da política de juros, para que não haja uma inflação descontrolada", salientou.

Em relação à mudança no regime de metas, Costa salienta a forma como a cobrança de explicações do presidente do BC passará a ser feita. No modelo atual, caso não atinja a meta, somente em dezembro a autoridade monetária é obrigada apresentar ao ministro da Fazenda uma carta explicando as razões do descumprimento.

"Agora, o modelo provavelmente será o de uma cobrança contínua, em que o presidente do BC vai frequentemente ao Congresso prestar esclarecimentos", comentou, lembrando que essa periodicidade ainda será definida no decreto

presidencial.

"A decisão do CMN (de manter as metas para 2024 e 2025) dissipa incertezas que são sempre prejudiciais à condução da política monetária. Também se mostrou meritória a mudança na forma de apuração da meta de **inflação**, que passa a ser contínua e não com aferição no anocalendário" Nota divulgada pela Federação Brasileira de Bancos (Febraban)

Site:

<https://edicao.correiobraziliense.com.br/correiobraziliense/2023/06/30/all.pdf>

Região que mais cresce, Centro-Oeste não tem só o agro como atrativo

MARCIO DOLZAN ANDREIA BAHIA JOSÉ MARIA TOMAZELA

Os dados iniciais do Censo 2022, divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) anteontem, põem o Centro-Oeste como região com maior aumento proporcional de habitantes. A média anual foi de 1,2% ao ano, ante taxa nacional de 0,52%, a menor dos últimos 150 anos.

Por trás da alta está o avanço do agronegócio, um dos motores do **PIB** que resistiram aos sobressaltos da economia nacional na última década. Para além das cifras e da população, o protagonismo crescente do interior do País é cada vez mais evidente até no universo pop, com o sucesso da música sertaneja nos streamings e a frequência da região em novelas, a exemplo do remake de Pantanal (2022) e de Terra e Paixão (em exibição), ambas da TV Globo.

Filho de um assentado da reforma agrária, Gabriel França, de 21 anos, trocou o trabalho de tratorista em assentamentos do Pontal do Paranapanema, extremo oeste de São Paulo, por um emprego de operador de máquinas em cooperativa de Naviraí (MS). "Aprendi a dirigir trator no lote da minha família, em Marabá Paulista.

Como o lote é pequeno, comecei a prestar serviços para outros assentados, mas ainda achei que era pouco." França fez cursos técnicos em Presidente Prudente e aprendeu a operar grandes máquinas agrícolas, incluindo colheitadeiras. Como sua região é mais voltada à pecuária, ele buscou emprego em empresas agrícolas do Estado vizinho.

No fim de 2021, recebeu proposta da cooperativa e se mudou para Naviraí, que tem quase 50,5 mil habitantes, 8,7% a mais do que em 2020.

"Atualmente trabalho com uma máquina que custa quase R\$ 2 milhões", diz ele.

"O agronegócio é o grande propulsor", afirma Cleberson Ribeiro de Jesus, professor de Geografia da Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT). Mas não é o único, dizem os especialistas. O avanço do setor faz aumentar a oferta de emprego em outras áreas, como no funcionalismo público e no comércio local, por exemplo. Além disso, existe uma busca por

mais estrutura e qualidade de vida.

"Há também a questão dos serviços que essas cidades oferecem.

As pessoas saem das periferias das grandes cidades atraídas por melhor qualidade de vida", diz Ana Maria Nogales Vasconcelos, do Departamento de Estatística da Universidade de Brasília (UnB).

Abadia de Goiás, por exemplo, ocupa o topo da lista de cidades com maior aumento de domicílios - quase triplicou na comparação com o Censo 2010 -, além de ter registrado o segundo maior crescimento populacional do País, só atrás de Canaã dos Carajás (PA).

Abadia é um exemplo de cidade que não tem o agro como atrativo. O setor agrícola, aliás, representa 5% do orçamento do município. Quase metade da arrecadação vem de serviços, seguida da indústria metalmeccânica.

Já Querência (MT) viu sua população dobrar entre 2010 e o ano passado - de 13 mil para 26 mil habitantes - e é um símbolo da força dos grãos na mudança da população. Começou com a monocultura de soja, depois chegou a produção de milho e, agora, investe em projetos de irrigação a partir de poços artesianos. A cidade, a 927 quilômetros de Cuiabá, tem inclusive um aeroporto.

"Mostramos grandes oportunidades para empreendedores poderem investir", afirma o prefeito Fernando Gorgen (União Brasil). O resultado é que a arrecadação cresce, assim como a demanda. "No SUS, temos cadastradas mais de 29 mil pessoas. É um desafio muito grande."

GERAÇÃO DE CUSTO.

"Se, por um lado, o crescimento populacional é importante para o município, por outro gera custo e gasto muito grandes. É preciso muita articulação, que acredito que a maioria dos municípios não tem", diz Cleberson Ribeiro de Jesus, professor da UFMT. Ele lembra que as cinco maiores cidades de Mato Grosso, incluindo Cuiabá, são do setor produtivo.

E um quarto das cidades tem menos de 5 mil

habitantes.

"Os serviços de atenção à saúde e de educação muitas vezes não estão preparados para atender essa população", afirma Ana Maria Vasconcelos, da UnB. "Vimos isso no passado: muitas cidades que se formaram no entorno das grandes metrópoles hoje apresentam grande pobreza."

*

Crescimento populacional

No Centro-Oeste, média anual foi de 1,2%, ante taxa brasileira de 0,52%, a mais baixa dos últimos 150 anos

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Meta de inflação mantida em 3% - CELSO MING

CELSO MING

Depois de tanta paulada desferida pelo presidente Lula sobre a meta de inflação vigente, a decisão do governo, tomada nesta quinta-feira, 29, pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), foi de não mexer nas metas de inflação de 2023, 2024 e 2025 e manter para 2026 a meta já definida para os dois anos anteriores, de 3%.

A única mudança foi a de acabar com a exigência de cumprimento da meta ao fim de cada 31 de dezembro (ano-calendário) e, a partir de 2025, adotar a meta contínua, a ser perseguida ao longo do tempo (no acumulado de 12 meses), como acontece na maioria dos países que adotam o regime de metas.

Até 2024 será mantida a área de escape, de 1,5%, tanto para cima como para baixo do centro da meta, com o sistema de ano-calendário (de janeiro a dezembro). Mas, a partir de 2025, com a adoção do critério de meta contínua, não fará mais sentido manter esse intervalo de tolerância. Se acontecer um choque de oferta, como o que houve ao longo da pandemia e da guerra na Ucrânia, o Banco Central (BC) tratará de trazer de volta a inflação para a normalidade, dentro do horizonte de atuação, sem ter de apresentar tiro na mosca do alvo a cada dia 31 de dezembro.

A razão técnica alegada para a malhação do presidente Lula e de membros do governo sobre a política de juros era a de que a meta de inflação de 3,25% em 2023 e de 3,0% em 2024 e 2025 era baixa demais.

E que, para ser perseguida, exigia juros excessivamente elevados.

Mas eis que a altura do sarrafo foi mantida. Isso, por si só, demonstra que as pressões sobre o BC foram desproporcionais às questões técnicas agora assumidas pelo governo, por meio do CNM.

Ainda nesta quinta-feira, em entrevista à Rádio Gaúcha, o presidente Lula, afirmou que Roberto Campos Neto, presidente do BC, "não entende nada de País e não tem sentimento com o sofrimento do povo". Se fosse isso, a decisão sobre a meta de 2026, pelo governo, seria outra.

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou que o BC já prevê inflação na meta de 3% em 2026.

Quanto à adoção da meta contínua, há meses Campos Neto defendia essa mudança. Ainda não está claro como será a condução pelo BC. Em princípio, a formação das expectativas terá pouca alteração.

O tom mais ameno da Ata do Copom, correspondente à decisão do dia 21, de manter os juros básicos (Selic) em 13,75% ao ano, pareceu destoar do comunicado divulgado após a reunião, que foi mais duro. Ainda nesta quinta-feira, antes da reunião do CMN, da qual é membro integrante, Campos Neto reconheceu que o comunicado pode ter contido certo erro de comunicação, na medida em que não deixou clara para os formadores de preços a porta aberta para redução dos juros a partir de agosto.

As indicações passaram a ser de que a reunião do Copom de 2 de agosto marcará o início da redução da Selic. A conferir.

Notícias Relacionadas:

O LIBERAL - BELÉM - PA
Meta de inflação mantida em 3%

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Medida ajudará a cortar juros agora mesmo só valendo a partir de 2025 (Artigo)

TONY VOLPON , EX-DIRETOR DO BANCO CENTRAL

Tivemos finalmente a tão esperada decisão sobre as metas de inflação. Dada toda a polêmica sobre a questão no início do ano, podemos dizer que o resultado final foi positivo, e deve contribuir para a também ansiosamente esperada queda da taxa Selic - determinada pelo Banco Central.

Com as projeções de inflação já apontando para o nível da meta atual, não faz muito sentido rever esses parâmetros neste momento.

Mexer na meta (ou na banda de flutuação) impactaria negativamente as expectativas de inflação, já que não haveria como afastar a crença de que isso estaria acontecendo simplesmente para tentar forçar uma queda mais rápida da taxa básica de juros.

Isso dito, quando a inflação corrente estiver de fato perto da meta não está descartado que a questão não será revista para os anos além de 2027, já que afirmar que uma mudança nesse momento não seria conveniente não é igual a afirmar que o nível de 3% para a meta de inflação é o patamar ótimo para a economia brasileira.

A adoção da meta contínua formaliza algo que já era feito na prática, mas ainda há ganho em ter a prática sendo adotada formalmente.

Ainda devemos ver como o Banco Central deve "prestar contas" nesse novo sistema, algo que ainda terá de ser definido.

Passar para a meta contínua somente a partir de 2025 surpreendeu: não há razão técnica impedindo que essa sistemática fosse adotada desde já. A razão dada, de que seria para esperar pelo novo presidente da autarquia, espelha a ideia de "não mudar as regras do jogo" dentro da atual gestão, mas pessoalmente não vejo o porquê desse paralelo com uma prática parlamentar.

Finalmente, devemos ver alguma melhora pontual na precificação da curva e expectativas de inflação, ajudando a reforçar o argumento para corte de juros já no Comitê de Política Monetária (Copom) de agosto, apesar do resultado dessa reunião estar em grande parte dentro do que era esperado pelo

mercado.

TONY VOLPON , EX-DIRETOR DO BANCO CENTRAL

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Com população menor, PIB per capita sobe 5,8%

CÁSSIA ALMEIDA

A população menor captada pelo Censo 2022, abaixo das projeções do próprio IBGE, aumenta o Produto Interno Bruto (**PIB**) per capita do país em 5,8%. O indicador chega a R\$ 48.828 por brasileiro no ano passado, de acordo com os cálculos feitos pela economista da Fundação Getúlio Vargas (FGV) Silvia Matos. Frente a 2010, data do último Censo populacional, a alta seria perto de 5%, diz a pesquisadora.

Projeções anteriores ao Censo mostravam a população crescendo 1% ao ano desde 2010, mas a taxa apurada pelo IBGE para o período foi praticamente a metade: 0,52% ao ano. O tamanho atual da população, de 203 milhões de habitantes, também foi menor que o estimado anteriormente. Isso aumentou a participação de cada cidadão no **PIB**, a soma de bens e serviços produzidos no país. A renda gerada por pessoa em 2022 divulgada pelo IBGE no fim do ano passado com base nas estimativas havia sido de R\$ 46.154: -A alta do **PIB** per capita de 2010 a 2022, quase quadruplica com a população menor. Antes, estimávamos alta de 1,3% acumulado no período. Agora, foi para 4,9%.

Um **PIB** per capita maior significa que a economia precisa crescer menos para proporcionar o mesmo nível de bemestar.

O lado negativo é que o crescimento menor da população tende a tirar dinamismo da economia brasileira, com menor oferta de mão de obra, observa o economista Marcelo Neri, da FGV Social, que calculou em 5,4% a alta da renda per capita entre os censos: - O crescimento menor acompanhado de maior envelhecimento da população vai reduzir a taxa de crescimento potencial do Brasil.

DESEMPREGO MENOR

Maria Andréia Parente, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), aponta que, no mercado de trabalho, o Brasil vai precisar gerar menos empregos para manter a taxa de desemprego baixa: - Nos próximos anos, mesmo que a economia não esteja gerando muito emprego, haverá menos pessoas à procura de uma vaga.

Os salários podem subir, diz a pesquisadora. Como nossa estrutura econômica não tem nível tecnológico que possa prescindir de mão de obra, a menor oferta pode aumentar o custo do trabalhador: -E muita gente que estaria fora da força de trabalho, com mercado mais aquecido e melhores salários, pode voltar.

O economista Daniel Duque, da FGV, diz que essa taxa de crescimento populacional tão baixa prejudica o financiamento da **Previdência Social**: -Estávamos esperando alguns milhões de crianças que iam crescer e trabalhar. Essas pessoas não existem. E a população está envelhecendo rapidamente.

São menos crianças nascidas que daqui a 20 anos poderiam estar contribuindo.

O economista-chefe da MB Associados, Sergio Vale, alerta que o país está envelhecendo sem ter enriquecido.

- O bônus demográfico (população jovem e adulta em alta) das últimas décadas está se esvaindo num ritmo mais rápido que se imaginava. É menos produtividade e mais custo fiscal e de Previdência.

O IBGE informou que não foi definida data para a incorporação dos dados do Censo à Pnad Contínua, que retrata o mercado de trabalho e depende da divisão da população por idade e sexo, o que ainda não foi divulgado pelo novo Censo.

*

Oferta menor.

Pedestres em área comercial de São Paulo: manter a taxa de desemprego baixa vai exigir menor geração de vagas, apontam os especialistas

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

País gera 155 mil novas vagas formais em maio

RENAN MONTEIRO

A economia brasileira gerou 155,27 mil postos de trabalho com carteira assinada em maio, informou ontem o Ministério do Trabalho. No acumulado dos cinco primeiros meses do ano, o saldo foi positivo em 865.360 vagas. As informações constam do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) e representam o saldo líquido (contratações menos demissões) da geração de empregos formais em todo o país.

Os dados do mês passado vieram um pouco abaixo do esperado por analistas, que projetavam criação de empregos formais em torno de 190 mil vagas. O saldo foi menor que o registrado em maio de 2022, quando foram criadas 277,7 mil vagas formais. Ainda assim, a avaliação entre economistas é a de que o mercado de trabalho formal permanece com números favoráveis.

Todos os setores geraram empregos em maio. O desempenho foi novamente puxado pelo setor de serviços, o maior da economia, que abriu 83,9 mil postos. Na sequência, os melhores resultados foram nas áreas de construção (27,9 mil novas vagas); agropecuária (19,5 mil); comércio (15,4 mil); indústria (8,4 mil).

"PERFORMANCE ROBUSTA"

O governo informou que o salário médio dos contratados foi de R\$ 2.004,57 em maio.

Isso significa uma leve redução em relação ao registrado em abril, R\$ 2.022,83, já descontada a **inflação**. Na comparação com maio de 2022, houve aumento no salário médio de admissão. Naquele mês, o valor foi de R\$ 1.969,02.

O economista da XP Rodolfo Margato é um dos que avalia que, apesar de a criação de empregos formais ter perdido força em maio, permanece um processo de maior solidez no mercado de trabalho brasileiro.

Nas estimativas da XP, o país chegará ao fim do ano com 1,35 milhão de vagas formais criadas, um número significativo após o saldo positivo de 2,04 milhões do ano passado.

deve ser interpretado com cautela.

Prevemos uma desaceleração gradual do emprego formal ao longo de 2023. A geração líquida de vagas chegou a 865 mil entre janeiro e maio de 2023, não muito distante do total de 1,103 milhão registrado no mesmo período de 2022", escreveu o economista em relatório para clientes da XP.

O Banco Modal também fez avaliação positiva: "Mantemos a expectativa de que o mercado de trabalho continuará desacelerando de maneira lenta e gradual ao longo do ano e projetamos criação líquida de 1,1 milhão de vagas em 2023", avaliou o economista do banco, Rafael Rondinelli.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

"O resultado mais fraco do que o esperado em maio

"Se a fertilidade estiver por trás do resultado do Censo, vamos pagar um preço"

Diretor do Centro de Políticas Sociais da Fundação Getúlio Vargas (FGV Social), o economista Marcelo Neri afirma que o retrato das primeiras informações do Censo Demográfico 2022 - com menor crescimento da população e tendência de esvaziamento de municípios mais populosos - demanda um novo debate sobre fluxo de recursos públicos para os municípios e reorganização de infraestrutura nas cidades que mais ganharam moradores.

Neri, que é ex-ministro da Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE) e ex-presidente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), reforça que questões como transportes, educação e saúde precisam ser repensadas diante dos novos dados. Na sua avaliação, o aumento da população em cidades médias tem ocorrido tanto pelo dinamismo econômico quanto pela busca por qualidade de vida, diante do esgotamento de grandes cidades.

Neste contexto, Neri chama atenção para o fato de que o avanço da escolarização no país nos últimos anos não se traduziu nem em aumento de produtividade do trabalhador nem em mais crescimento econômico.

Sua expectativa é que as informações do Censo 2022 sobre faixa etária da população, que devem ser divulgadas em breve, confirmem a tendência de envelhecimento e de redução de jovens.

A seguir os principais pontos da entrevista ao Valor:
Valor: Os dados do Censo acendem sinal amarelo em termos de política pública?

Marcelo Neri: A desaceleração da população, que é o fato acima do esperado, é algo importante.

Talvez seja o fato mais marcante. As implicações estão ali, mas a gente ainda não sabe, como muda a questão etária da população, a distribuição etária.

O Brasil está fazendo uma transição demográfica rápida, só comparável à da China.

Valor: Como assim?

Neri: Em termos de velocidade, quatro, cinco vezes mais rápida do que a dos países europeus. A transição de uma sociedade onde tem muita criança para mais

um "vaso", com mais população idosa. Essa é a tendência acelerada do Brasil. Isso implica em desafios de previdência, de política de saúde...

Valor: É algo para o qual os governos não estavam preparados?

Neri: É um desafio, um quebra-cabeça.

A população cresceu 5 milhões a menos do que se esperava.

Cresceu 12 milhões, esperava-se crescer 17 milhões. Por quê? É uma pergunta interessante. Foi a pandemia?

Não. Na pandemia morreram 700 mil pessoas, número subestimado.

Mas expandir esse número não vai explicar os 5 milhões, só uma fração do total. Tem outro aspecto. Normalmente quem migra são os jovens, os homens jovens solteiros. Outros dados [que não os do Censo] mostram que nunca foi tão alta a intenção de imigrar. E isso bate com os dados do Ministério das Relações Exteriores.

De qualquer maneira, não é muita gente. Então segue o mistério.

Pandemia, imigração e tem a questão de fertilidade. Antigamente o menor município do país era Borá (SP), com menos de mil habitantes. Mas tinha taxa de crescimento populacional grande. A gente brincava se era a água. Pelo Censo, cresceu 12,7%. Da lista de menores municípios, foi o que cresceu mais. Então há essas questões de fecundidade que, por enquanto, só dá para especular.

Valor: Voltando à migração, houve mudança nas concentrações de população de grandes cidades. No Centro-Oeste, a população aumentou mais do que no Norte.

Neri: O Centro-Oeste tem me chamado a atenção e é uma surpresa.

Os dados sociais do Centro- Oeste, das capitais, estão disputando a "ponta". Goiânia, Cuiabá, em termos de desigualdade. Não tanto a renda, mas a distribuição

de renda era algo que não esperava.

Valor: Falando sobre essas mudanças de padrão. Isso não inferiria numa mudança de direcionamento de recursos por parte dos governos?

Seja nas esferas municipal, estadual e federal?

Neri: Existem regras institucionais que funcionam como degraus.

Nos anos 1990, teve muita subdivisão de municípios, que depois foi segurada. Se tivesse município até não me lembro quantos mil habitantes, tinha uma vantagem fiscal, recebia mais recursos por habitantes, o que faz diferença no financiamento e no investimento pelos municípios. Isso induziu a uma subdivisão de municípios. E não deveria ser assim. Deveria fazer uma "rampa", uma regra gradual, para tirar esse tipo de incentivo.

Valor: E como avalia essa mudança das pessoas para o interior, o aumento das cidades médias?

Neri: As periferias das grandes cidades se caracterizam pela ausência do Estado em termos de serviços públicos, segurança, saneamento.

Tem essa escolha de sair de um lugar precário, uma ocupação improvisada, que era a fotografia da nova pobreza. Essa pobreza migrou para outros lugares. Tem uma coisa importante nessa migração, a questão econômica, Sinop, em Mato Grosso, Parauapebas, no Pará, que estão entre aquelas [cidades] com exploração de recursos [commodities], um "boom" que atrai e que talvez não seja uma ocupação organizada. Mas ao mesmo tempo há municípios ricos não consolidados, como Nova Lima [em Minas Gerais], o município mais rico do Brasil pelo Imposto de Renda e um dos maiores crescimentos [no Censo]. Lá tem um pouco de "subúrbio típico americano" que as pessoas moram, um lugar de status. Santana de Parnaíba [em São Paulo], o segundo município mais rico pelo IR, também está entre esses. Balneário Camboriú [em Santa Catarina], idem. São lugares que oferecem certa qualidade de vida. Se olhar os municípios mais ricos do país, por várias bases, inclusive pelo Censo [2010], tem Vitória [no Espírito Santo], Florianópolis, Santos [São Paulo], Niterói [Rio de Janeiro], Campos do Jordão [São Paulo]...

Valor: As pessoas costumavam ficar no entorno de grandes metrópoles por causa do mercado de trabalho.

A mudança pode refletir piora das condições de grandes cidades?

Não compensa mais ficar perto do mercado de trabalho?

Neri: Não podemos esquecer um movimento fundamental entre os dois Censos [2010 e 2022], que é uma grande recessão [entre 2015 e 2016]. E uma epidemia [em 2020]. Os efeitos não foram "distribuídos" de maneira uniforme no território. No Rio, temos estudos que mostram que o mercado de trabalho foi o mais afetado pela pandemia. Olhando os dados, tem esse movimento de migração que pode ser pela questão econômica, e o Rio talvez seja um bom exemplo de migração por razões econômicas de renda.

Valor: Diante dos atrasos, falta de recursos, foi o Censo possível?

Neri: Foi um Censo "possível".

Mas, se fizesse um Censo em 2021, teria uma fotografia atípica.

E precisa de uma fotografia "normal". Às vezes, vale a pena esperar um pouco apesar de todos os custos que se inserem. O Censo de 2010 também foi realizado em um momento atípico.

Valor: Por quê?

Neri: Pelo crescimento do **PIB**, que foi de 6%, 7%. Era ano eleitoral.

Agora o Censo também foi feito em ano eleitoral. São dois momentos atípicos, em um certo sentido.

Acho que teve uma certa retomada no ano de 2022. Mercado de trabalho, renda do trabalho, que até atrapalhou o próprio Censo. Se houve um erro de previsão ali, foi um erro de achar que o salário dos recenseadores seria suficiente. E quando a economia aqueceu, teve dificuldade de contratar etc. Uma fotografia defasada atrapalha no mundo de hoje. As velocidades são maiores. O Censo faz falta não só por seus dados, mas também porque é a base para outras pesquisas.

Valor: Os gestores devem olhar os dados e ver o que pode ser mudado em termos de política pública?

Neri: Com certeza. Tivemos a menor taxa de crescimento [média anual populacional] de todas as décadas [recenseadas]. Isso obriga a olhar para trás e para a frente. A população idosa está crescendo, vai crescer mais e é só o começo dessa tendência. Em certo sentido, o Rio de Janeiro é um retrato do Brasil. A população cresce muito pouco e é mais idosa: é uma espécie de um trailer do que vai acontecer no

Brasil. Dentro do Rio de Janeiro, Copacabana talvez seja um retrato do que será o Rio no futuro.

Copacabana hoje é como se fosse o terceiro ou quarto país mais idoso do mundo. Primeiro, Japão, depois Itália e Grécia. Só que em 2065 Copacabana vai ter 51% da população acima de 65 anos e o Japão vai ter 41%. Copacabana vai dar uma goleada no Japão. E essa população mais idosa demanda mais em serviços e recursos. E o Censo é absolutamente importante para esse desenho de políticas.

Valor: O que o crescimento mais lento da população sinaliza para a atividade econômica?

Neri: Se olhar para fora, a China foi o grande destaque global nos últimos 40 anos e basicamente vai ser ultrapassada pela Índia, que já tem uma demografia mais favorável. Apesar de todos os problemas, a população cresce muito mais que a China. A [economia da] China cresceu muito em momento em que sua população aumentava. Só que fez a política do filho único e vão faltar jovens, população em idade ativa, porque caiu a fertilidade.

Aqui no Brasil, cada mulher tinha 5,7 filhos em 1970. No Censo 2010, já tinha menos de dois.

O que está por trás desse crescimento mais lento da população?

Se for fertilidade, vamos pagar um preço depois.

Valor: O que o crescimento mais lento sugere sobre a população?

Neri: Apesar de ainda não termos o dado de faixa etária pelo Censo 2022, o crescimento mais lento da população sugere [um perfil com] dois extremos: uma população mais envelhecida, porque a expectativa de vida está aumentando - a cada três anos ganha um ano de expectativa de vida - e uma baixa fertilidade. A população em idade ativa cai porque caiu a fertilidade em algum momento no passado. E a população está [em boa parte] além da fase que se chama de idade ativa. Teremos que reinventar esses critérios. Ainda se pensa que a pessoa com 60 anos é terceira idade. E não é mais. E reinventar no sentido operacional da palavra: montar equipes de trabalho mais diversas, com papel para pessoas mais experientes. Se a razão do menor crescimento populacional for a questão da fertilidade, como parece ser, há um outro ponto.

Valor: Qual?

Neri: O Brasil é um país cheio de mazelas sociais. Uma taxa de crescimento populacional maior permite reescrever a história.

Tem um fluxo de pessoas chegando: se oferecer educação e serviços, por exemplo, em algum tempo eles vão transformar o país.

Pode demorar um pouco, mas vão transformar o país. Quando a população cresce menos, está oxigenando menos. O Brasil aproveitou, em alguma medida, o crescimento da população para refazer sua história, aumentou os anos de estudo, mudou o perfil educacional. Até usamos bem, no caso da educação. Em 1980, a média de anos de estudo era de três anos, mesmo nível de 1965.

Estava parado. Hoje em dia, já é mais de nove anos. O Brasil fez essa mudança, só que não teve consequência econômica. O país aumentou a educação das pessoas, mas o trabalhador brasileiro está tão produtivo quanto era em 1980, quase não cresceu. As transformações da população foram muito fortes, com aumento de expectativa de vida e de educação, mas o que talvez tenha falhado foi a economia. No Brasil, a gente fez uma revolução social atrasada, mas que não veio acompanhada de uma revolução econômica.

"Tivemos a menor taxa de crescimento [da população] de todas as décadas.

Isso obriga a olhar para trás e para a frente" Valor: O que a situação demográfica exige em política pública para educação?

Neri: Os indicadores de renda mostram que a terceira idade está bem situada [neste aspecto]. Só que tem 3,3 anos de estudo a menos que a média. Como demorou a evoluir a escolarização, essa população é menos escolarizada. Entre os mais jovens, a gente ampliou essa escolarização. Os dados do Censo devem continuar mostrando que o país aproveitou essa oportunidade em termos sociais. Só que temos um agravante sério sobre a educação, que é o impacto da pandemia.

E as pesquisas mostram que efeito maior entre os grupos que estavam avançando mais em educação e com mais progressos, que são as crianças da pré-escola, em idade de alfabetização e no ensino fundamental 1. E isso trouxe um atraso escolar. Então, além da questão estrutural da população crescendo menos, o país vai ter essa cicatriz da pandemia na estrutura de conhecimento. E precisa recuperar isso, propor políticas, mas tem feito pouco por esse déficit [educacional da pandemia].

Valor: O esvaziamento das cidades mais populosas ajuda na gestão do país, nas políticas públicas?

Neri: O crescimento das grandes cidades no Brasil, a gente fez uma revolução social atrasada, mas que não veio acompanhada de uma revolução econômica" das cidades brasileiras foi muito desordenado, sem saneamento, sem transporte público. Então [esse esvaziamento] desafoga um pouco, dá uma aliviada. Na verdade, o esvaziamento até decorre dessa crise. É um movimento de as pessoas buscarem qualidade de vida na hora de refazer as escolhas da onde vão morar.

Valor: E para as cidades que tiveram aumento na população?

Neri: É preciso reorganizar e reestruturar [as cidades]. Por exemplo, se a população mais jovem está diminuindo, é o momento de usar essa estrutura da escola para fazer jornadas estendidas para os alunos. Quatro horas de estudo é um tempo muito baixo para padrões internacionais.

Nas cidades menores, é preciso criar infraestrutura para receber essa população. E isso em diferentes áreas: transportes, saneamento, hospitais, habitação...

Valor: É um desafio?

Neri: Um ponto que joga a favor é que, diferentemente da história das grandes cidades, esses lugares que estão atraindo mais população são geralmente os que estão indo melhor economicamente, são mais ricos e têm mais recursos. É preciso que ofereçam serviços públicos à altura da quantidade da população, mas também da possibilidade de financiamento, que deve aumentar com essa mudança. Isso exige planejamento, para não ter falhas.

E nem sempre isso ocorre.

Valor: Os dados do Censo vão ajudar nisso?

Neri: O Censo é fantástico porque permite não só aos governos, mas às pessoas e à sociedade civil se conhecerem melhor. Não é só um planejamento de Estado em seus diferentes níveis. Esses dados existem. Nem sempre as pessoas querem olhar, mas existem.

Valor: Pode ser um momento de renovação de políticas públicas?

Neri: Desde 2013, o Brasil passou por uma grande recessão e a desigualdade aumentou - depois de período de queda forte, com o boom das commodities e a emergência da classe C. O nível de renda é próximo ao de uma década atrás.

Nesses últimos dez anos, que não são os mesmos do

período do Censo, todas as grandes conquistas foram colocadas em xeque. Democracia, redução de desigualdades e mesmo a inflação, que chegou a dois dígitos. Há uma polarização na sociedade brasileira. Para tomar decisões, seja como gestor, seja como cidadão, a informação é fundamental. E o Censo é uma dose maciça de informações. O Censo pode ajudar a municiar essa mudança [de políticas públicas], a questão é como as pessoas vão usar essas informações.

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187590>

Consumo vigoroso eleva taxa de expansão do PIB americano

Novos dados do mercado de trabalho e consumo nos Estados Unidos levaram o país a ter um crescimento maior do que o previsto.

O **PIB** cresceu a uma taxa anualizada de 2% no primeiro trimestre, dado revisado para cima depois de uma expectativa de crescimento de 1,3%, segundo o Departamento do Comércio.

As demissões recuaram na semana passada e o crescimento econômico foi mais vigoroso do que o inicialmente informado.

Outros dados recentes mostraram um aumento das vendas de novas moradias, pedidos de bens duráveis e confiança do consumidor.

O Federal Reserve (Fed, o banco central americano) vem aumentando agressivamente os juros há mais de um ano para combater a **inflação** via esfriamento da economia, embora tenha mantido as taxas inalteradas na reunião deste mês.

No começo do ano, muitos economistas previam que uma recessão se materializaria a esta altura.

De fato, consumidores, trabalhadores e empresas vêm enfrentando dificuldades no último ano, com os juros e a **inflação** em alta.

Mas, a economia continuou crescendo, mesmo nos bolsões sensíveis aos juros mais altos. O mercado imobiliário residencial é um bom exemplo. Um número historicamente baixo de moradias já existentes à venda ajudou a alavancar as vendas das moradias recém-construídas, que subiram dois dígitos em maio.

"Subestimamos sistematicamente a resiliência da economia americana", diz Carl Tannenbaum, economista-chefe da Northern Trust. A S P Global Market Intelligence disse ontem acreditar que o **PIB** crescerá a uma taxa anualizada de 1,7% no segundo trimestre, que se encerra hoje. Isso é mais que a estimativa do começo do mês, de 0,8%.

Os maiores gastos do consumidor estiveram por trás da revisão do **PIB**. Eles cresceram a uma taxa anualizada de 4,2% no primeiro trimestre, a maior alta desde a metade de 2021, quando a economia se recuperava dos "lockdowns" da pandemia de covid-19.

O quadro sólido dos empregos e os gastos vigorosos dos consumidores estão empurrando a economia.

"Nossa previsão ainda é de que a economia entrará em uma recessão branda, mas acreditamos que mais tarde do que pensávamos", disse Nancy Vanden Houten, economista-chefe da Oxford Economics para os EUA.

Site: <https://valor.globo.com/virador/#!/edition/187590>

Ipea revisa para 13,2% avanço do PIB agro

Projeção

O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) revisou para cima a projeção do valor adicionado (VA) do setor agropecuário para 2023. Agora, a projeção de crescimento é de 13,2% - era de 11,6%, devido à alta acima do esperado nas estimativas do IBGE sobre bovinos e outros produtos.

Site: <https://valor.globo.com/virador/#!/edition/187590>